



**SEPLAN**  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO



**GOVERNO DO ACRE**  
Trabalho para cuidar das pessoas

# RELATÓRIO DE GESTÃO

## EXERCÍCIO 2024



**SEPLAN**

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO



**GOVERNO DO  
ACRE**

Trabalho para cuidar dos processos

**Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN**

# **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2024**

Rio Branco – Acre, abril de 2025

## **Equipe Dirigente**

Secretário de Planejamento

**Ricardo Brandão dos Santos**

Secretária Adjunta

**Kelly Cristina Lacerda**

Diretora de Planejamento Estratégico e Governança

**Regiani Cristina de Oliveira**

Diretor de Captação e Monitoramento de Recursos

**Alexandre de Souza Tostes**

Diretora de Administração e Finanças

**Déborah Vasconcelos de Araújo**

Diretor de Desenvolvimento Regional

**Marky Lowell Rodrigues de Brito**

# RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2024

Relatório de Gestão, sobre as atividades desenvolvidas no exercício, das ações planejadas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, referente a execução por programa de trabalho e projetos/atividades efetivamente realizadas no exercício, nos termos da **Resolução TCE/AC N.º 087/2013, 11ª Edição, Anexo II, item XV.**

Rio Branco, Acre, abril de 2025

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>3. PROGRAMAS E INDICADORES DO PLANO PLURIANUAL 2024/2027 .....</b>	<b>14</b>
<b>4. RELATÓRIO ANÁLITICO DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS E RESPECTIVOS PROJETOS/ATIVIDADES .....</b>	<b>16</b>
<b>4.1 PROGRAMA 1475 - PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA PARA RESULTADOS</b>	<b>16</b>
<i>4.1.1. Ações vinculadas ao projeto/atividade Aprimoramento da Gestão Orçamentária – Código reduzido 11590000.....</i>	<i>16</i>
<i>4.1.2. Ações vinculadas ao projeto/atividade Fortalecimento da Cultura de Planejamento e avaliação – Código reduzido 11600000.....</i>	<i>23</i>
<i>4.1.3. Ações vinculadas ao projeto/atividade Implantação da Política Estadual de Governança – Código reduzido 11610000.....</i>	<i>27</i>
<i>4.1.4. Ações vinculadas ao projeto/atividade Gestão Estratégica de Recursos – Código reduzido 11620000.....</i>	<i>29</i>
<i>4.1.5. Ações vinculadas ao projeto/atividade Melhoria, modernização e inovação dos serviços da SEPLAN - Código reduzido 11640000.....</i>	<i>69</i>
<b>4.2 PROGRAMA 1464 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL.....</b>	<b>80</b>
<i>4.2.1. Ações vinculadas ao projeto/atividade – Promoção da Política Estadual de Desenvolvimento Regional Sustentável – Código reduzido 11630000.....</i>	<i>80</i>
<b>4.3 PROGRAMA 1433 - VALORIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E CUIDADO DOS SERVIDORES PÚBLICOS .....</b>	<b>91</b>
<i>4.3.1 Ações vinculadas ao projeto atividade Valorização e Capacitação dos Servidores da SEPLAN – Código reduzido 21930000.....</i>	<i>92</i>
<b>4.4 PROGRAMA 2286 - GESTÃO INSTITUCIONAL EXECUTIVO: ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL.....</b>	<b>96</b>
<i>4.4.1 Ações vinculadas ao Projeto Atividade Manutenção das Atividades Administrativas SEPLAN – Código reduzido 21940000.....</i>	<i>96</i>
<i>4.4.2 Ações vinculadas ao Projeto Atividade Manutenção das Atividades da Diretoria de Relações Federativas – Código reduzido 22860000.....</i>	<i>103</i>
<b>4.5 PROGRAMA 2292 - GESTÃO INSTITUCIONAL LEGISLATIVO (EMENDAS PARLAMENTARES ESTADUAIS) .....</b>	<b>104</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>106</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Em observância ao princípio constitucional da publicidade, em respeito ao dever de transparência e em cumprimento às normas que dispõem sobre a prestação de contas por parte de gestores públicos, a Secretaria de Estado e Planejamento (SEPLAN) apresenta seu Relatório de Gestão de 2024.

Sua elaboração pauta-se pela aferição das informações elaboradas pelas diretorias e departamentos integrantes da estrutura organizacional da SEPLAN, estes, responsáveis pela preparação e conteúdo dos dados registrados nos sistemas tecnológicos governamentais e nos relatórios de monitoramento da instituição.

As ações empreendidas ao longo de 2024 foram permeadas por grandes desafios e importantes conquistas. Nesse sentido, tomando como ponto de partida os compromissos assumidos em seu plano de gestão, a SEPLAN cumpriu seu papel estratégico e pôde contribuir de forma significativa, garantindo bons resultados e serviços de qualidade à população, dentre os quais destacamos:

- 1) Elaboração do Plano Emergencial de Enfrentamento às Enchentes;
- 2) Elaboração do Mapa de Produção do Estado do Acre;
- 3) Elaboração do Catálogo de Políticas de Desenvolvimento Regional;
- 4) Monitoramento dos indicadores Estratégicos do Estado;
- 5) Realização de 16 pesquisas;
- 6) Elaboração de 06 planejamentos estratégicos nos órgãos setoriais;
- 7) Apuração Orçamento Sensível ao Gênero – OSG;
- 8) Apuração do Orçamento da Criança e Adolescente – OCAD;
- 9) Elaboração da Lei de Diretrizes (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) participativa 2025;
- 10) Capacitação de 170 técnicos em gestão de convênios;
- 11) Capacitação de 150 técnicos no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC;
- 12) Contratação do Projeto Rumo ao Desmatamento Ilegal Zero, junto ao Fundo Amazônia, no valor de R\$ 97 milhões de reais (recursos não reembolsáveis);
- 13) Contratação de 2 Operações de Crédito (PROISA e PROGESTAO), no valor de U\$ 79 milhões de dólares (aproximadamente 450 milhões de reais);
- 14) Internalização de R\$ 220 milhões (Convênios, REM/KFW, Operações de crédito e Fundo Amazônia) de fontes externas;

- 15) Monitoramento da execução de 291 convênios federais, totalizando uma carteira de investimentos de R\$ 1.64 bi, envolvendo 32 órgãos do Estado;
- 16) b) Gestão de recursos de transferências especiais executados por meio de 231 planos de trabalho, totalizando R\$ 148,5 mi em investimentos, envolvendo 33 órgãos do Estado;
- 17) Execução de 86 emendas parlamentares estaduais (transferência especial);
- 18) Promoção de capacitação dos servidores da SEPLAN com 6.796 horas treinadas, 96% Servidores treinados e 86 ações promovidas;
- 19) Coordenação conjunta com a Secretaria de Estado de Administração do Plano de Contratação Anual (PCA);
- 20) Coordenação da execução do Programas: REM, Rumo ao Desmatamento Ilegal Zero, PROISA, Progestão e programas com BNDES, CAIXA, BANCO DO BRASIL;
- 21) Mapeamento de processos da SEPLAN; e
- 22) Participação do Projeto Piloto de Implantação do Teletrabalho.

Os resultados incluídos neste Relatório de Gestão foram apresentados pelas unidades da SEPLAN, a partir das metas e ações propostas no plano setorial para 2024. Tais metas estão alinhados ao Plano Plurianual - PPA 2024/2027, bem como, aos objetivos estratégicos e aos indicadores de resultado definidos no Planejamento Estratégico ciclo 2023-2026.

Este relatório está organizado em 4 partes, a saber: introdução; apresentação da secretaria e sua organização estratégica; programas e indicadores no Plano Plurianual 2024/2027; relatório analítico das ações realizadas em cada projeto/atividade no exercício e considerações finais.

## **2. APRESENTAÇÃO**

### **2.1 Identificação e competências**

A SEPLAN é o órgão público de planejamento do Poder Executivo Estadual, pertencente à Administração Direta, integrante da estrutura do governo do Estado do Acre. Criada em 2023, após a cisão da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, por meio da Lei Complementar Estadual nº 419/2022. Sua nomenclatura foi ratificada pela Decreto Estadual nº 11.171/2023, o qual aprovou, inclusive a utilização do

CNPJ nº 04.034.518/0001-05 pela SEPLAN antes pertencente à SEPLAG, nos termos da Lei.

Constituem áreas de competência da SEPLAN, de acordo com Art. 24 da referida Lei:

- I - planejamento, orçamento e desenvolvimento regional;*
- II - coordenação da elaboração do planejamento estratégico e do plano plurianual;*
- III - coordenação da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA;*
- IV - execução orçamentária dos programas, projetos e ações estratégicas;*
- V - operações de crédito e contratos com organismos internacionais e agência governamentais;*
- VI - convênios e contratos de repasse relacionados à política de desenvolvimento socioeconômico;*
- VII - política estabelecida para o Fundo de Desenvolvimento Sustentável – FDS;*
- VIII - indicadores e dados oficiais do Estado.*

A Lei nº 4.167, de 06/09/2023 (Publicada no DOE de 12/09/2023 Lei Ordinária - Altera a Lei Complementar nº 419, de 15 de dezembro de 2022, que estabelece a estrutura básica da administração do Poder Executivo com efeitos a contar de 7 de julho de 2023), incluiu, na Subseção IV, da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN, em seu inciso IX do Art. 24º, a *competência de apoio técnico, administrativo e logístico do Poder Executivo e de seus agentes em Brasília.*

Essa competência foi retirada da SEPLAN em 2024, por meio da Lei Nº 4.351, de 09 de maio de 2024, que dispõe sobre a Representação do Governo em Brasília.

A SEPLAN está organizada em 4 diretorias e 25 departamentos, conta com organograma e regimento interno que detalha as atribuições de cada unidade da organização<sup>1</sup>.

## **2.2 Gestão estratégica institucional**

A SEPLAN possui como missão *“Promover a governança estratégica e as políticas públicas de planejamento e de desenvolvimento regional sustentável”*. Na busca por cumprir sua missão está organizada em nível estratégico nas seguintes áreas: Planejamento Governamental, Gestão de Dados e Indicadores, Gestão Estratégica de

---

<sup>1</sup> O Regimento Interno da SEPLAN está disponível em [DO17423012106479 \(1\).pdf](#), fls. 155-169.

Recursos, Desenvolvimento Regional e Governança Colaborativa. Em nível interno organiza seu funcionamento com foco na Reinvenção dos Processos, Pessoas, Finanças, Tecnologia e Comunicação Interinstitucional. Tal organização está demonstrada no Mapa Estratégico 2023/2026 abaixo.



## MISSÃO

Promover a Governança Estratégica e as Políticas Públicas de Planejamento e de Desenvolvimento Regional Sustentável do Acre



## VISÃO

Ser uma instituição de excelência na gestão do planejamento do estado e na indução do desenvolvimento socioeconômico sustentável



**RESULTADOS PARA A SOCIEDADE:** 1. Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do Acre

## ÁREAS DE ATUAÇÃO

### Planejamento Governamental

- 2. Promover a cultura de planejamento estratégico nos órgãos estaduais alinhados com a Agenda Acre 10 anos e demais planos estaduais, nacionais e internacionais
- 3. Aprimorar as técnicas orçamentárias para subsidiar o planejamento e a alocação de recursos orçamentários

### Gestão de Dados e Indicadores

- 4. Coordenar, promover e monitorar a coleta, organização, produção, atualização e análise técnica de informações estatísticas relativas ao estado do Acre

### Gestão Estratégica de Recursos

- 5. Elevar o nível de investimento do Estado
- 6. Prospectar e captar recursos visando o financiamento de políticas públicas em áreas prioritárias do Estado

### Desenvolvimento Regional

- 7. Formular, promover e conduzir a Política Estadual de Desenvolvimento Regional
- 8. Estabelecer e executar estratégias de integração político-econômica com os municípios acreanos, estados e países vizinhos

### Governança Colaborativa

- 9. Elaborar e implementar o modelo estadual de governança pública
- 10. Ampliar a efetividade dos programas prioritários governamentais



**REINVENÇÃO DOS PROCESSOS:** 11. Implementar a gestão estratégica de processos na SEPLAN

## PROCESSOS, FINANÇAS E TECNOLOGIA

12. Promover o desenvolvimento e o engajamento dos servidores da SEPLAN

13. Garantir a disponibilidade financeira alinhada ao planejamento orçamentário para viabilizar os compromissos da SEPLAN

14. Fortalecer o uso da tecnologia para otimizar processos de trabalho da SEPLAN

15. Fortalecer os processos de comunicação interinstitucional

## VALORES

Transparência – Ética – Inovação – Compromisso com o Desenvolvimento  
Respeito ao Servidor e ao Cidadão – Credibilidade – Valorização do Servidor – Assertividade

Figura 1 - Mapa Estratégico SEPLAN 2023-2026

### **2.3 Atuação colegiada**

Com o objetivo de articular, integrar e fomentar os processos e instrumentos de planejamento e orçamento, visando a eficácia, a eficiência e a efetividade das políticas públicas, foi implementada a Rede Acreana de Planejamento e Orçamento Governamental – REPLAG, criada pelo Decreto Estadual nº 8.686, de 16 de abril de 2021, no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN. É um órgão colegiado permanente de caráter consultivo, composto por um quadro de 46 órgãos e 167 membros representantes das áreas de Planejamento e Orçamento.

Além disso, a SEPLAN integra vários espaços importantes para o desenvolvimento do estado. Abaixo listamos alguns desses espaços por temas:

#### **Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente:**

- Comitê Orientador do Fundo Amazônia – COFA.
- Comitê Gestor Interinstitucional - CGI do Plano de Prevenção, Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Acre - PPCDQ/Acre.
- Comitê do programa ACRE: Rumo ao Desmatamento Zero no Estado do Acre.
- Consorcio Amazônia Legal - Câmara de Planejamento e Gestão Estratégica.
- Rede Estadual de Pesquisas Agropecuárias - Reagro/Acre.
- Comitê de Ações Integradas de Meio Ambiente.
- Rede Estadual de Eficiência Energética – REFIE.
- Comissão de Julgamento dos Projetos do Edital Chamamento Público dos Planos de Gestão das Terras Indígenas – PGTIs.
- Comitê Gestor de Mudanças Climáticas do Estado do Acre.
- Grupo Gestor Estadual – GGE do Plano ABC+ do Estado do Acre.
- Comitê Técnico para a elaboração do Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa do Acre – PEVEG.
- Comitê Técnico para a elaboração do Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa – PEGEG.

#### **Políticas Públicas e Desenvolvimento Social:**

- Comitê Gestor do Plano Estadual de Políticas para Mulheres (CGPPM).
- Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM/AC).
- Conselho Estadual de Habitação - CEHAB.
- Conselho Estadual de Fomento e Colaboração (CONFOCO).
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente- CEDCA.
- Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS.
- Conselho Estadual dos Direitos Humanos – CEDHC.
- Comitê Gestor do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres.
- Comitê Gestor do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres e Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM –AC.
- Comitê de Apuração do Orçamento Sensível ao Gênero – COSG.
- PA-PROMO. Empregabilidade LGBTQIA+.

#### **Gestão e Administração Pública:**

- Subcomitê Gestor da Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM.
- Grupo de Trabalho para implementação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- Comitê de Desburocratização e Simplificação.
- Conselho Fiscal do Consórcio da Amazônia Legal.
- CONSEPLAN - Grupo de Trabalho de Investimentos Estratégicos.
- CONSEPLAN - GT Governança e Gestão Orçamentária.
- CONSEPLAN. Grupo de Trabalho de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas.
- Comitê de Controle e de Qualificação dos Gastos do Poder Executivo.
- Grupo de trabalho problemática do déficit financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social.
- Grupo de Trabalho déficit financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social.

### **Infraestrutura:**

- Comitê de Execução, Acompanhamento e Avaliação - Obras Orla do XV e Viaduto.

### **Outros:**

- Comissão para atualização do PCCR da saúde estadual.
- Conselho Deliberativo Estadual SEBRAE/AC.
- Conselho de Administração da EMATER/AC.
- Comitê de Crise Humanitária para discussão e adoção de providências relacionadas ao fluxo migratório no Estado do Acre.
- GT - Reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração - PCCR da Polícia Penal e do Instituto de Administração Penitenciária do Acre - Iapen/AC.

## **2.4 Atendimento ao cidadão e Transparência**

### *2.4.1 Atendimentos da Ouvidoria*

A taxa de resolução de demandas em 2024 foi alta, atingindo 97%. Isso indica uma eficiência significativa na gestão das solicitações que chegam na Ouvidoria SEPLAN. Foram resolvidos 33 casos, com um prazo médio de resolução de 10 dias.

### **Classificação por tipo de manifestação (informação, elogio, sugestão, denúncia e reclamação)**

<b>INFORMAÇÃO</b>	<b>ELOGIO</b>	<b>SUGESTÃO</b>	<b>DENÚNCIA</b>	<b>RECLAMAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
25	3	1	2	2	33

### **Distribuição de manifestações por canal**

- a) E-mail [ouvidoria.seplan@ac.gov.br](mailto:ouvidoria.seplan@ac.gov.br) e [ouvir.seplan@gmail.com](mailto:ouvir.seplan@gmail.com);

- b) e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão);
- c) Atendimento presencial no Ed. Palácio das Secretarias, Av. Getúlio Vargas, nº 232, Centro;
- d) Urnas e placas de Ouvidoria nas dependências da Seplan.

CANAL DE COMUNICAÇÃO	URNAS/PLACAS	E-MAIL	PRESENCIAL	E-SIC
QUANTIDADE DE MANIFESTAÇÃO	9	13	5	6

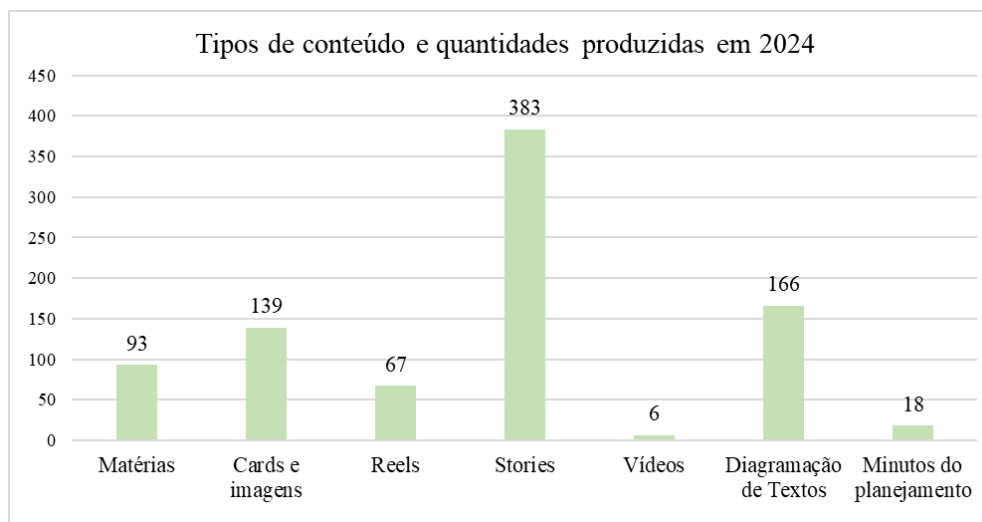
**Tempo médio de resposta para cada canal.**

CANAL DE COMUNICAÇÃO	URNAS/PLACAS	E-MAIL	PRESENCIAL	E-SIC
TEMPO MÉDIO:	7 DIAS	11 DIAS	8 DIAS	14 DIAS

\*Uma demanda em andamento, canal de comunicação E-MAIL\*

**2.4.2 Comunicação Interinstitucional**

Diversos canais foram utilizados para comunicação das ações da secretaria em 2024. Toda a atuação objetivou levar ao conhecimento da sociedade informações sobre as entregas realizadas e foram alimentados no portal e redes sociais da SEPLAN, tendo alcançado os seguintes números:



**Figura 2** -Tipos de conteúdo e quantidades produzidas em 2024

### **3. PROGRAMAS E INDICADORES DO PLANO PLURIANUAL 2024/2027**

As ações da SEPLAN para 2024 estão estabelecidas no Eixo Gestão Institucional e Governança do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027.

A SEPLAN atuou na execução de 7 (sete) Programas e 13 (treze) Projetos/Atividades no exercício de 2024. No entanto, suas entregas efetivas estão distribuídas em 05 (cinco) Programas e 10 projetos/atividades, conforme demonstrando ao longo desse relatório.

Os Programas que tiveram execução orçamentária e atividades efetivamente realizadas, foram:

Programa 1475 - Planejamento e Governança para Resultados

Programa 1464 - Desenvolvimento Regional Sustentável

Programa 1433 - Valorização, Capacitação e Cuidado dos Servidores Públicos

Programa 2286 - Gestão Institucional Executivo: Administrativo e Operacional

Programa 2292 - Gestão Institucional Legislativo (Emendas Parlamentares estaduais)

No Programa Gestão, Transparência e serviços públicos (1458) constam as fontes de Recursos de Convênios, Transferência Especial da União e Recursos de Operações de Crédito visto que, a SEPLAN é a unidade gestora destas fontes de recursos quanto à dotação orçamentária.

Já o programa Reserva de Contingência (9999) foi utilizado dentro dos limites legais e obedecendo aos critérios estabelecidos pela Lei Orçamentária Anual 4.281 de 27.12.2023 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em 2024 inicia-se um novo PPA com a atuação da Secretaria distribuídas nos programas acima relacionados, com seus objetivos específicos e indicadores a eles vinculados. Assim, não é possível realizar comparação com o exercício anterior, visto que as entregas e indicadores estabelecidos para esse exercício difere dos estabelecidos no último Plano Plurianual.

Isso posto, apresentamos abaixo os indicadores por programa e objetivo específico, bem como os resultados alcançados no exercício

**Quadro 1** - Indicadores dos objetivos Específicos do Plano Plurianual – PPA 20204/2027: Apuração 2024

<b>PROGRAMA</b>	<b>OBJETIVO ESPECÍFICO (O.E.)</b>	<b>CÓDIGO O.E. NO QDD</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>POLARIDADE</b>	<b>META 2024</b>	<b>RESULTADO ALCANÇADO</b>
1433 - Valorização, Capacitação e Cuidado dos Servidores Públicos	Valorização e Capacitação dos Servidores da SEPLAN	2193.0000	Percentual de servidores capacitados	Quanto maior melhor	70%	96%
1475 - Planejamento e Governança para Resultados	Aprimoramento da Gestão Orçamentária	1159.0000	Taxa de sucesso do planejamento orçamentário (liquidado/ atualizado)	Quanto menor melhor <sup>2</sup>	7%	8%
	Fortalecimento da Cultura de Planejamento e Avaliação	1160.0000	Percentual de órgãos com planejamento estratégico alinhado	Quanto maior melhor	50%	40%
	Implantação da Política Estadual de Governança	1161.0000	Número de instituições com a Política Estadual de Governança implantada <sup>3</sup>	Quanto maior melhor	5	0
	Gestão Estratégica de Recursos	1162.0000	Percentual de investimentos sobre a Receita Corrente Líquida	Quanto maior melhor	25%	22%
	Melhoria, Modernização e Inovação dos Serviços da SEPLAN	1164.0000	Percentual de ações realizadas	Quanto maior melhor	25%	5%
1464 - Desenvolvimento Regional Sustentável	Promoção da Política Estadual de Desenvolvimento Regional Sustentável	1163.0000	Produto Interno Bruto Per Capita - PIB Per Capita	Quanto maior melhor	R\$ 19.500	R\$ 28.525,00

<sup>2</sup> O cálculo é realizado da seguinte forma: a diferença entre a despesa total atualizada e a despesa liquidada, dividida pela despesa total atualizada x 100.

<sup>3</sup> Objetivo será retirado na revisão do PPA 2024/2027 devido a mudança de estratégia na condução desse tema.

## 4. RELATÓRIO ANÁLITICO DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS E RESPECTIVOS PROJETOS/ATIVIDADES

### 4.1 PROGRAMA 1475 - PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA PARA RESULTADOS

Este programa objetiva promover uma gestão eficiente voltada a execução de ações, estímulo à cultura de planejamento e governança colaborativa envolvendo diversas parcerias internas e externas, captação e aplicação dos recursos públicos para o desenvolvimento da sociedade e alcance do bem comum. Está organizado em 05 objetivos específicos (projeto/atividade) conforme apresentado abaixo.

#### 4.1.1. Ações vinculadas ao projeto/atividade **Aprimoramento da Gestão Orçamentária – Código reduzido 1159.0000**

No projeto/atividade Aprimoramento da Gestão Orçamentária foram previstas e executadas ações que visam impulsionar a gestão orçamentária do Estado do Acre. Esse processo de gestão movimentou um total de 3.688 processos administrativos, o que demonstra o esforço empreendido nessa ação, tendo alcançado os seguintes resultados:

**Quadro 2 - Entregas previstas no PPA x realizadas em 2024**

Entrega	Indicador	Previsto	Realizado
Construir participativamente as peças orçamentárias LDO/LOA com as setoriais	Número de Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual aprovada e publicada	2	2
Realizar Oficinas de Capacitação para as Setoriais	Número de Oficinas Realizadas	2	2
Elaborar e Publicar Instrumentos Normativos sobre a Execução Orçamentária	Número de Instrumentos Elaborados e Publicados	4	2
Realizar Estudos Orçamentários	Número de Estudos Realizados	4	5
Instituir Orçamento Temático	Número de Orçamento Temático Instituídos	2	0

#### *a) Construir participativamente as peças orçamentárias Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA com as setoriais*

As diretrizes orçamentárias fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO)

permitem ao executivo a elaboração da previsão da receita que norteia a determinação dos limites para a despesa. A LDO 2025, Lei Nº 4.380, de 30 de julho de 2024, está disponível no endereço eletrônico <https://legis.ac.gov.br/detalhar/6133>.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o instrumento legal fundamental para o funcionamento do Estado. Estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no ano seguinte pelo governo, em consonância com o planejamento definido no Plano Plurianual (PPA) e com as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Sua elaboração ocorreu de julho a setembro de 2024 e a tramitação entre os poderes legislativo para apreciação e aprovação, executivo para sanção e publicação no período de outubro a dezembro de 2024, passando por várias etapas de importância ímpar para o controle popular, dentre as quais se destaca a consulta popular e a audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Acre – ALEAC<sup>4</sup>.

A consulta popular foi uma inovação implantada na elaboração do PLOA/2024, que possibilitou a participação da sociedade na elaboração da lei orçamentária 2025, por meio do portal <https://seplan.ac.gov.br/consulta-popular/>, a população pôde indicar dentre as propostas previstas no PPA, as propostas que devem ser priorizadas na execução orçamentária de 2025.

Esse processo permitiu a recepção de 1.431 indicações de propostas prioritárias, com a participação direta de 19, dos 22 municípios do Estado Acre.



**Figura 3** – Site Consulta Popular para a LOA 2025.

<sup>4</sup> A LOA de 2025, Lei Nº 4.511, de 30 de dezembro de 2024, está disponível no endereço eletrônico <https://seplan.ac.gov.br/wp-content/uploads/2025/02/LOA-2025-diario-dia-10-01-2025.pdf>.



**Figura 4 - Audiência Pública.**

Foto: Felipe Freire/Secom. Disponível <https://seplan.ac.gov.br/governo-debate-projeto-de-lei-ormamentaria-anual-2025-em-audiencia-publica-na-assembleia-legislativa-do-acre/>

### *b) Realizar Oficinas de Capacitação para as Setoriais*

As Oficinas de Execução Orçamentária são eventos formativos organizados para capacitar e aprimorar os conhecimentos dos servidores públicos sobre os processos, normativas e práticas da execução orçamentária. Visam oferecer orientação e treinamento prático sobre como elaborar, utilizar o SAFIRA, controlar e fiscalizar a execução do orçamento público, contribuindo para um melhor entendimento e aplicação das diretrizes orçamentárias.

Em 2024 foram realizadas 02 (duas) oficinas com um total aproximado de 163 servidores lotados nos setores orçamentários dos órgãos da administração direta e indireta. Essas Oficinas aconteceram no segundo semestre, com o início do processo de elaboração do orçamento de 2025. Os principais temas tratados foram:

- Teto orçamentário aprovado para cada Órgão/Entidade, considerando tanto os recursos do Tesouro quanto as outras fontes de financiamento;
- Orientações sobre a alocação dos recursos, obedecendo à seguinte ordem de prioridade: despesas obrigatórias, metas e prioridades, despesas necessárias ao funcionamento da Unidade Orçamentária, despesas de conservação do patrimônio público e despesas discricionárias;
- Classificação da Receita Orçamentária por Natureza: categoria econômica, origem, espécie, desdobramento e tipo;
- Classificação da Despesa Orçamentária: categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa; e
- Classificação das Fontes ou Destinação de Recursos: livres (não

vinculados), vinculados à educação, vinculados à saúde, vinculados à assistência social, demais vinculações decorrentes de transferências, demais vinculações legais, vinculados à previdência social e extraorçamentários.

Além das oficinas, ao longo do exercício de 2024, foram realizados 16 encontros orientativos, de forma individual a cada setorial, acerca dos instrumentos orçamentários, onde 48 servidores foram capacitados, baseando-se que as oficinas abrangem 3 servidores de cada setorial.

#### *c) Elaborar e Publicar Instrumentos Normativos sobre a Execução Orçamentária*

Em 2024 foram elaborados 02 (dois) Instrumentos Normativos sobre a Execução Orçamentária:

- **Ementa do decreto de execução orçamentária:** dispõe sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Poder Executivo do Estado do Acre durante o exercício financeiro de 2024.
- **Ementa do decreto de encerramento da execução orçamentária:** dispõe sobre as regras de uniformização das operações de caráter orçamentário, financeiro, contábil e patrimonial para o encerramento do exercício financeiro de 2024.

Ambos os instrumentos visam respectivamente, orientar e explicar o conteúdo de normas que regulam a execução do orçamento público e levantar o balanço geral do exercício financeiro do ano.

#### *d) Realizar Estudos Orçamentários*

No exercício de 2024, o Departamento de Estudos e Planejamento Orçamentários da Secretaria de Estado de Planejamento do Acre realizou uma série de estudos técnicos com o objetivo de embasar a tomada de decisões estratégicas no âmbito da gestão pública estadual. Entre os vários estudos realizados, destacam-se cinco estudos de alta relevância, cada um com impacto significativo na formulação e execução das políticas públicas e na otimização dos recursos financeiros do Estado.

Entre os principais estudos desenvolvidos, destacam-se:

#### **1) Estudo de Impacto Orçamentário para Concessão de Benefícios aos Servidores –**

**Banco de Horas:** objetivo de analisar as previsões financeiras para ampliação do banco

de horas dos agentes da segurança pública, considerando os impactos sobre a folha de pagamento e a gestão do tempo de trabalho. Este estudo trouxe dados essenciais para subsidiar decisões sobre compensação de horas trabalhadas e redução, garantindo maior eficiência no uso de recursos públicos;

- 2) **Estudo de Impacto para Abertura de Concursos Públicos:** visando avaliar a necessidade do quadro de pessoal nessas áreas estratégicas, bem como a capacidade orçamentária do Estado para novas contratações nas áreas de Saúde, Educação, Segurança Pública e Fazenda Estadual. A análise permitiu que o governo estadual estruturasse um planejamento de médio e longo prazo para recomposição dos quadros funcionais, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços públicos prestados à população;
- 3) **Estudo para Regulamentação do Orçamento Sensível ao Gênero (OSG):** objetivo de desenvolver diretrizes para a implementação efetiva do OSG no Estado do Acre, garantindo que a alocação de recursos públicos considere as desigualdades de gênero e contribua para a promoção da equidade. Fundamentou a formulação de normativas e a integração do OSG à gestão orçamentária, alinhando o planejamento estadual às diretrizes de inclusão e desenvolvimento sustentável;
- 4) **Estudo de Impacto sobre a Implementação de Novas Diretrizes Orçamentárias:** visando analisar os efeitos da atualização de normas fiscais e de planejamento financeiro sobre a execução do orçamento estadual. O estudo trouxe elementos técnicos para a adequação da Lei Orçamentária Anual (LOA), garantindo maior previsibilidade e transparência na gestão fiscal; e
- 5) **Déficit Previdenciário:** visando projetar a evolução do passivo previdenciário e suas implicações para as contas públicas no longo prazo. Tem por resultado a análise das alternativas para mitigar o impacto fiscal e garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário a longo prazo.

Esses estudos foram fundamentais para a tomada de decisões estratégicas, possibilitando que a administração estadual adotasse medidas assertivas para o equilíbrio financeiro e a execução eficiente das políticas públicas. Além disso, desenvolvemos para a sustentabilidade fiscal, garantindo que todas as ações cumpridas obedecem às diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal e à capacidade orçamentária do estado.

O compromisso da Secretaria de Planejamento é aprimorar continuamente os

estudos orçamentários, ampliando o uso de metodologias de projeção e impacto fiscal, garantindo uma gestão pública eficiente, transparente e comprometida com o desenvolvimento sustentável do Estado do Acre.

#### *e) Instituir Orçamento Temático*

Em 2024, não foram instituídos novos orçamentos temáticos. No entanto, houve a continuidade e o aprimoramento dos já existentes, com destaque para o Orçamento Sensível ao Gênero (OSG) e o Orçamento da Criança e do Adolescente (OCAD).

Os avanços promoveram a transparência na alocação de recursos destinados a públicos específicos, bem como aprimoraram a governança e a eficiência operacional das políticas públicas associadas.

Principais ações e avanços:

- **Implantação do Comitê do Orçamento Sensível ao Gênero (COSG)**

Em janeiro de 2024 foi instituído o Comitê do Orçamento Sensível ao Gênero (COSG), um marco importante para a governança do OSG no Estado do Acre. O Comitê tem o papel estratégico de monitorar, avaliar e propor melhorias na alocação de recursos direcionados à redução das desigualdades de gênero, fortalecendo a institucionalização dessa política pública.

- **Transparência e Governança**

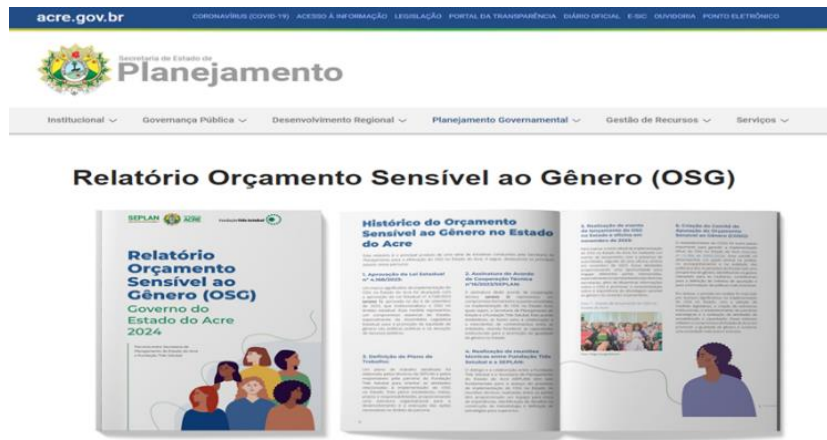
- Fortalecimento do apoio administrativo aos orçamentos temáticos.
- Elaboração de relatórios temáticos detalhados, permitindo maior controle e monitoramento dos investimentos públicos.
- A ampliação da cooperação técnica entre a Fundação Tide Setubal e o Governo do Estado do Acre visa garantir a continuidade e a expansão da parceria para a implementação do OSG.

- **Publicação e Divulgação do OSG**

- Divulgação do Relatório do Orçamento Sensível ao Gênero (OSG) no site da SEPLAN, garantindo amplo acesso às informações sobre a alocação de recursos com recorte de

gênero<sup>5</sup>.

- Detalhamento dos principais pontos e conclusões do relatório, oferecendo maior clareza sobre os avanços e desafios na implementação do OSG no estado.



**Figura 5** – Relatório do orçamento sensível ao gênero

- **Capacitação e Engajamento**

- Realização de workshop para os membros do COSG, com apresentação da metodologia utilizada na purificação dos dados, proporcionando maior compreensão dos processos e técnicas aplicadas.

- Participação na Semana do Orçamento Sensível ao Gênero, evento promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), que apresentou como principal objetivo integrar a perspectiva de igualdade nas finanças públicas e ampliar a conscientização sobre a importância do OSG.

- Análise dos desafios e oportunidades para a consolidação do OSG no Acre, contribuindo para o aperfeiçoamento das estratégias de implementação e monitoramento do orçamento temático.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://seplan.ac.gov.br/relatorio-orcamento-sensivel-ao-genero-osg/>



**Figura 6** - I Semana do Orçamento Sensível a Gênero do Brasil

A criação do COSG e a continuidade das iniciativas associadas ao OCAD e OSG, bem como a previsão de instituir mais um orçamento temático em 2025, demonstram o compromisso do Governo do Estado do Acre com as temáticas transversais e o equilíbrio fiscal, visando garantir que os recursos públicos sejam direcionados de forma transparente e alinhada às necessidades da população.

**4.1.2. Ações vinculadas ao projeto/atividade Fortalecimento da Cultura de Planejamento e avaliação – Código reduzido 1160.0000**

**Quadro 3** - Entregas previstas no PPA x realizadas em 2024

<b>Entrega</b>	<b>Indicador</b>	<b>Previsto</b>	<b>Realizado</b>
Apoiar os órgãos na elaboração dos Planejamentos Estratégicos Setoriais	Número de órgãos com Planejamento Estratégico elaborados	18	16
Consolidar e qualificar a Rede Acreana de Planejamento e Orçamento Governamental - REPLAG	% de participação das setoriais nos encontros da Rede Acreana de Planejamento e Orçamento Governamental	85%	88%
Implantar Escritório de Projetos prioritários	% de implantação do escritório de Projetos	50%	10%
Monitorar o PPA - 2024 - 2027 e avaliar os planejamentos estratégicos	% de monitoramento dos projetos prioritários do PPA	100%	100%

*a) Apoiar os órgãos na elaboração dos Planejamentos Estratégicos Setoriais*

O Planejamento Estratégico Setorial é uma ferramenta que auxilia a definir de forma clara os objetivos e os caminhos que deverão ser tomados pela equipe assegurando um maior impacto na execução das políticas públicas para a sociedade.

A equipe do DEPPG iniciou o projeto Fortalecendo a Cultura de Planejamento: Elaboração dos Planejamentos Estratégicos das Setoriais, através de parceria com a Escola de Governo do Estado do Acre, com 6 (seis) órgãos da administração direta e indireta do Executivo, por meio de Oficinas divididas em 5 (cinco) módulos.

Nos meses de outubro a dezembro de 2024 foram finalizados os módulos do Curso junto aos órgãos, realizada a validação junto as equipes e gestores e a análise e revisão final dos Planejamentos Estratégicos Setoriais. No dia 18 de dezembro de 2024 foi realizado o Evento de Lançamento dos produtos elaborados pelos órgãos.

Como resultado, podemos destacar:

- 6 (seis) Planejamentos Estratégicos Setoriais elaborados: ANAC, FAPAC, FUNTAC, PROCON, SEAS e SETE;
- 49 servidores que participaram do Curso de Planejamento Estratégico Setorial;
- 29 servidores certificados no Curso de Planejamento Estratégico Setorial, que atingiram 75% de presença.



**Figura 7** – Elaboração e lançamento dos Planos Setoriais.

*b) Consolidar e qualificar a Rede Acreana de Planejamento e Orçamento Governamental (REPLAG)*

A Rede Acreana de Planejamento e Orçamento Governamental (REPLAG) realizou 04 (quatro) reuniões no exercício de 2024, alcançado uma taxa 88% de participação das setoriais nos encontros.



**Figura 8** – Reuniões da REPLAG.

*c) Implantar Escritório de Projetos prioritários*

Foram realizadas diversas ações com vistas a implantação do escritório de projetos, dentre as quais destacamos:

- Reuniões com os estados do Espírito Santo e de Minas Gerais para conhecer a experiência da implantação do escritório de projetos nos referidos estados;
- Apresentação do projeto para o Banco Mundial na data de 14 de maio de 2024;
- Elaboração do termo de referência e documentos para providências de contratação;
- Participação no Workshop sobre o Regulamento de Aquisições para o Projeto de Eficiência na Gestão do Setor Público – Progestão Acre, de 30/9 a 2/10, ofertado pelo Banco Mundial/BIRD, financiador do Projeto Implantação do Escritório de Projetos.

Por fim, foi enviado ao Banco Mundial o Termo de Referência do Escritório de Projetos para análise, o qual deu o retorno para ajustes. Também foram realizadas mais duas reuniões de alinhamento com os técnicos do Banco Mundial e equipe do Progestão local, nos dias 01 de novembro e 16 de dezembro de 2024, na sala de reunião da SEPLAN.

Na sequência, foram realizados os ajustes do Termo de Referência e está na fase de elaboração da memória de cálculos dos custos da Consultoria.

*d) Monitorar o Plano Plurianual (PPA) 2024/2027*

Nesse exercício o PPA foi monitorado por meio de planilhas eletrônicas tramitadas pelo SEI, tendo sido realizado por trimestre. Após o recebimento a equipe realiza a tabulação dos dados, bem como analisa as informações para posterior feedback para os órgãos, com o objetivo de garantir a eficácia no cumprimento das metas previstas para cada exercício. Paralelo a isso, está em desenvolvimento pela fábrica de Software um Sistema de Monitoramento para o PPA 2024-2027.



Programa	Planejamento e Governança para Resultado						
Objetivo do Programa	Promover uma administração eficiente alinhada aos avanços tecnológicos, às boas práticas de gestão e inovação, estímulo à cultura de planejamento, governança pública e integridade, bem como a melhoria dos processos para garantir a efetividade das políticas públicas, a transparência, a universalização e a democratização do acesso aos bens e serviços públicos.						
Eixo Estruturante	Gestão_Institucional_e_Governança						
Objetivo Estratégico							
Público - Alvo	Instituições públicas, privadas e população em geral.						
Órgão Responsável	Seplan.						
Corresponsável							
Valor analisado do Programa	2024	R\$ 8.232.000,00	2025	R\$ 567.235,90	2026	R\$ 0,00	2027
<b>OBJETIVO ESPECÍFICO 1</b>							
1. OBJETIVO	Aprimoramento da gestão orçamentária		1.2. VÍNCULO	Objetivo de Responsabilidade Subatual - 005	Plano de Responsabilidade Subatual - 005	Plano de Responsabilidade Subatual - 005	Plano de Responsabilidade Subatual - 005

**Figura 9** – Planilha monitoramento do PPA

*e) apuração do Orçamento da Criança e do Adolescente (OCAD)*

O monitoramento do OCAD se dá através dos relatórios bimestrais de execução do orçamento executado das ações orçamentárias previstas para a política da criança e do adolescente, conforme metodologia da Fundação Abrinq, com destaque para o orçamento exclusivo e não exclusivo.

O Relatório é apresentado pelo DEPPG ao Comitê de Apuração do Orçamento Criança e Adolescente, em reunião, onde são debatidos os avanços, problemas e dificuldades na execução do orçamento.

No início do exercício estabeleceu-se como meta a execução de 80% do recurso orçamentário disponível, tendo alcançado uma execução de 85%. Além desse resultado, merece destaque a intervenção do Comitê OCAD para que fosse implantado pela Secretaria de Estado de Saúde (SESACRE) o *Projeto Adolescência Primeiro, Gravidez depois*. Este Projeto foi pioneiro na região Norte e visa ofertar *diu mirena e implante*

*subdermico* para adolescentes entre 14 a 18 anos. Tal demanda surgiu em virtude do alta índice de gravidez no estado do Acre.



**Figura 10** – Comitê OCAD.

#### 4.1.3. Ações vinculadas ao projeto/atividade **Implantação da Política Estadual de Governança – Código reduzido 1161.0000**

**Quadro 4** - Entregas previstas no PPA x realizadas em 2024

<b>Entrega</b>	<b>Indicador</b>	<b>Previsto</b>	<b>Realizado</b>
Elaborar instrumentos legais de Governança	Número de instrumentos legais elaborados	2	2
Avaliar Políticas Públicas	Número de Políticas Públicas avaliadas	3	0

##### *a) Elaborar instrumentos legais de Governança*

No ano de 2024 foram conduzidas ações estratégicas preparatórias para a construção e implementação do Modelo Estadual de Governança Pública, com o objetivo de fortalecer a gestão pública, aprimorar a transparência e garantir maior eficiência na formulação e execução das políticas governamentais. Foram elaborados 02 (dois) instrumentos legais de Governança:

- a) **Minuta de lei da Política de Governança Pública:** estabelecendo diretrizes, princípios e responsabilidades para a implementação de um modelo estruturado de governança no estado do Acre; e
- b) **Minuta de decreto regulamentador da Política de Governança Pública:** detalhando procedimentos e mecanismos para sua efetivação.

Também foram realizadas outras atividades com o objetivo de implementar a Política de Governança como:

- Mapeamento de boas práticas adotadas em outros estados, a fim de subsidiar

a adaptação do modelo às necessidades e especificidades da administração pública estadual; e

- Definição de uma estrutura de governança que contempla a criação de instâncias responsáveis pelo monitoramento e aprimoramento contínuo das práticas de gestão.

Atualmente, essas ações encontram-se em fase de avaliação pela alta gestão, que analisará as propostas apresentadas, incluindo a viabilidade da implementação do modelo e os próximos passos necessários para sua efetivação.

### *b) Avaliar Políticas Públicas*

No ano de 2024, concentramos esforços na pesquisa e análise de modelos de avaliação de políticas públicas com o objetivo de subsidiar a implementação de um sistema que permita monitorar e mensurar o desempenho, a eficiência e o impacto das ações governamentais no Estado do Acre. Essa iniciativa visa fornecer suporte técnico e estratégico para o planejamento e a tomada de decisões. O estudo e pesquisas desenvolvidas ao longo do ano têm como missão as seguintes premissas:

- Estruturação de uma metodologia para avaliação de políticas e programas governamentais;
- Desenvolvimento de indicadores de desempenho e impacto;
- Criação de mecanismos para a coleta, sistematização e análise de dados;
- Capacitação da equipe responsável pela condução das avaliações;
- Promoção da transparência, assegurando a divulgação dos resultados das avaliações; e
- Facilitação de ajustes e aprimoramentos nas políticas públicas, com base em evidências coletadas.

Além disso, realizamos uma pesquisa de instituições com expertise na avaliação de políticas públicas que pudessem prestar consultoria ao Estado do Acre, considerando a ausência de profissionais especializados nessa área. Foram solicitadas propostas orçamentárias para a execução do trabalho e a capacitação da equipe técnica.

Paralelamente, iniciamos a tramitação para a formalização de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Secretaria de Estado de Administração (SEAD), visando ao desenvolvimento e à implementação de um modelo de avaliação de políticas

públicas no Estado do Acre. Esse processo conta com o apoio da Fundação Escola de Governo – ENA, localizada em Santa Catarina (SC), instituição reconhecida por sua atuação na qualificação da gestão pública e encontra-se em tramitação.

#### 4.1.4. Ações vinculadas ao projeto/atividade **Gestão Estratégica de Recursos – Código reduzido 1162.0000**

A gestão estratégica de recursos no Estado do Acre tem demonstrado resultados notáveis, impulsionando o desenvolvimento e melhorando a qualidade de vida da população. Um dos principais impactos positivos é o aumento significativo na capacidade de investimento do Estado, que permite a realização de melhorias contínuas em diversas áreas. A celebração de 101 novos instrumentos de repasses, totalizando mais de R\$ 293 milhões, e a implementação de 105 novos projetos de investimento por meio de Transferências Especiais, evidenciam o sucesso dessa gestão.

A execução eficiente de projetos também se destaca, com a disponibilização de mais de R\$ 68 milhões em Transferências Especiais e um aumento de 91,7% na execução financeira dos convênios federais em relação ao ano anterior, totalizando mais de R\$ 140 milhões, além da execução de R\$ 67 milhões de operações de créditos e contratos de colaboração não reembolsáveis, perfazendo um total de R\$ 207 milhões executados em 2024. A capacitação e o alinhamento dos técnicos dos órgãos setoriais, por meio de cursos e oficinas, têm aprimorado o monitoramento e a execução de convênios, garantindo maior competência na aplicação dos recursos.

O que pode ser demonstrado pelo alcance das entregas conforme demonstrado no quadro abaixo:

**Quadro 5 - Entregas previstas no PPA x realizadas em 2024**

<b>Entrega</b>	<b>Indicador</b>	<b>Previsto</b>	<b>Realizado</b>
Aumentar a captação de recursos visando o financiamento de políticas públicas em áreas prioritárias do Estado	Percentual de recursos internalizados	25%	32%
Aumentar o nível de efetividade da execução financeira dos investimentos	Percentual de aumento de execução dos investimentos	30%	86%

Para que isso fosse possível, foram realizadas as atividades abaixo relatadas:

*a) Contratação de operações de crédito, para investimentos nas áreas de Infraestrutura, Gestão e Produção*

Para o exercício financeiro 2024 foram previstos a contratação de 4 operações de créditos para investimentos em projetos estruturantes nas áreas de Infraestrutura, Gestão e Produção.

Para o cumprimento da meta e a garantia de recursos necessários para os investimentos estruturantes para o Estado, foram trabalhados 04 processos para a captação e contratação de operações de créditos, sendo três externas e uma interna, a saber:

**Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado do Acre (Progestão/AC):**

**Objetivo:** Melhorar a gestão fiscal, orçamentária e patrimonial do Estado.

**Financiador:** Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

**Custo:** US\$ 45.000.000,00.

**Fase atual:** Operação de crédito contratada.

**Principais parceiros:** SEAD, ACREPREVIDÊNCIA, SEPLAN, SEFAZ, SANEACRE, SESACRE e SEASDH.

**Prazo de Execução:** 5 (cinco anos).

**Programa de Infraestrutura e Saneamento do Estado do Acre (PROISA):**

**Objetivo:** Promover o desenvolvimento econômico e territorial de Rio Branco.

**Financiador:** Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA).

**Custo:** US\$ 48.750.000,00.

**Fase atual:** Operação de crédito contratada.

**Principais parceiros:** SEHURB, DERACRE e SEOP.

**Intervenções:** Construção de ponte, urbanização da orla do Rio Acre e implantação do Arco Metropolitano.

**Prazo de Execução:** 5 (cinco anos).

**Programa Acre Mais Produtivo (PROAMP):**

**Objetivo:** Aumentar a renda e reduzir a pobreza rural no Acre.

**Financiador:** Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

**Custo:** US\$ 70.000.000,00.

**Fase atual:** Em fase de desenho e preparação do projeto.

**Principais parceiros:** SEMA, SEAGRI, EMATER, IDAF, ITERACRE, IMAC, FUNTAC, FAPAC, SETE, SEICT, CDSA e IMC.

**Objetivos específicos:** Aumento da renda rural, eficiência produtiva, crescimento econômico, redução do desmatamento, qualificação da ATER, inclusão de mulheres

jovens e comunidades indígenas, energias renováveis, gestão pública e monetização de ativos florestais.

**Prazo de Execução:** 6 (cinco anos).

### **Operação de crédito para financiamento na área de Tecnologia da Informação:**

**Objetivo:** Modernizar os serviços e a infraestrutura de tecnologia da informação do Estado.

**Financiador:** Caixa Econômica Federal.

**Custo:** R\$ 50.000.000,00.

**Fase atual:** Em preparação dos documentos para submissão à Secretaria do Tesouro Nacional.

**Principais parceiros:** TJAC e SEAD.

**Intervenções:** Modernização do TJAC e fortalecimento da infraestrutura de soluções e serviços corporativos do Estado.

**Prazo de Execução:** 2 (dois anos).

O Projeto pleiteado, inicialmente junto à Caixa Econômica Federal, visa o financiamento das seguintes intervenções:

1. Modernização dos Serviços e da Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, será executado diretamente pelo TJAC, através da aquisição de softwares e equipamentos para implantação da 2ª Sala Segura deste Poder, instalação do PJe – Processo Judicial eletrônico (CNJ) e modernização das Comarcas do Interior do Acre.
2. Fortalecimento da infraestrutura de soluções e serviços corporativos do Estado do Acre (Governo Digital) a ser executado pela Secretaria de Estado de Administração, promovendo a disponibilidade e o avanço tecnológico para implantação de um novo modelo de governança de TIC, apoiado nas melhores práticas de mercado. E ainda, investindo no aumento da produtividade e otimização dos recursos para melhor atender os usuários, garantindo a disponibilidade e integridade dos dados e informações, de modo a aprimorar os sistemas de informação do Estado.

#### *b) Prospecção e captação de recursos provenientes de fontes não reembolsáveis*

Para o exercício financeiro 2024, foi definido como meta a prospecção de um projeto proveniente de fonte de recursos não reembolsável. Com a retomada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES, do financiamento de

projetos com recursos do Fundo Amazônia, foi retomado a apresentação de um projeto, conforme descrição abaixo:

**a) Projeto Rumo ao Desmatamento Ilegal Zero no Estado do Acre**

O projeto "Rumo ao Desmatamento Ilegal Zero no Estado do Acre" visa combater o desmatamento ilegal através de estratégias de controle, gestão e produção sustentável. O objetivo é alcançar práticas produtivas sustentáveis, regularizar a situação fundiária e fortalecer órgãos de fiscalização ambiental, contribuindo para o plano estadual de combate ao desmatamento e queimadas.

**Projeto:** Rumo ao Desmatamento Ilegal Zero no Estado do Acre.

**Duração:** 4 anos.

**Financiador:** BNDES (Fundo Amazônia).

**Coordenação:** SEPLAN.

**Parceiros:** SEMA, SEPI, SEAGRI, ITERACRE, IMAC, CBMAC, SEJUSP/BPA e IMC.

**Custo:** R\$ 97.768.222,52.

**Situação:** Contrato assinado em 11/04/2024.

**b) Programa de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas para Geração de Emprego no Estado do Acre (PROCAPE)**

Para o exercício financeiro de 2024, além da colaboração financeira não reembolsável com o Fundo Amazônia, surgiu a oportunidade de nova operação com o Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento da Estrutura Institucional do MERCOSUL – FOCEM.

O projeto apresentado visa promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável, o aumento do emprego, trabalho e renda, e a redução da pobreza rural nas regiões do Alto e Baixo Acre por meio da expansão e fortalecimento das cadeias produtivas da suinocultura e avicultura junto aos mercados local, nacional e internacional, com recursos de fundo não reembolsável, no montante de US\$ 15.000.000,00, com contrapartida financeira pelo Estado de US\$ 2.647.058,80.

**Prazo de execução:** 4 (quatro anos)

**Fonte Financiadora:** Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento da Estrutura Institucional do MERCOSUL – FOCEM

**Coordenação Geral:** SEPLAN

**Principais parceiros:** SEAGRI, EMATER, IDAF, IEPTEC, ANAC, IMAC, FUNTAC E CAGEACRE

**Custo geral:** US\$ 17.647.058,80

**Fase atual:** Projeto autorizado pela Resolução nº 18, de 25 de abril de 2024. Inicia-se a fase de desenho do projeto, com prazo de conclusão de 180 dias após a publicação da portaria.

*c) Captação de recursos do orçamento geral da União (OGU) disponíveis para o Governo do Estado do Acre.*

O processo de captação de recursos do OGU tem ciclo anual, e segue dois caminhos básicos, a captação por meio das emendas parlamentares que são disponibilizadas ao Governo do Estado pelos parlamentares federais, e a captação de forma voluntária acessando programas ou orçamentos disponíveis nos Ministérios, podendo ser na forma de editais. Para ambos os caminhos é necessário a elaboração de propostas e apresentação da documentação de celebração (certidões, declarações e documentos do ente federativo e de seu responsável).

Para tanto, uma iniciativa importante coordenada pelo DECONF/SEPLAN, a cada ano, é a elaboração do “Caderno de Propostas”, que é um documento que contém ações prioritárias que levam em conta as necessidades indicadas pelos órgãos do governo e tem por base o Planejamento Estratégico do Estado, Plano Plurianual – PPA e Agenda Acre 10 anos. Tal documento é apresentado à bancada de parlamentares para que os mesmos possam fazer as devidas indicações de acordo com suas afinidades das ações previstas.

Desta forma, com a publicação da LOA, o DECONF faz a consulta das emendas aprovadas, em seguida realiza o cadastramento das informações das emendas no Sistema de Gerenciamento de Convênios – SIGConvênios, para garantir o controle das informações, e compartilha com órgãos setoriais para que sejam elaboradas e cadastradas as propostas na Plataforma Transferegov. Para tanto, o DECONF também providencia a documentação necessária para fazer o cadastramento das propostas, que é comum a todos os órgãos setoriais, geralmente associado ao CNPJ do Estado do Acre, a exemplo de declarações relacionadas à precatórios, de divulgação da execução orçamentária e financeira, entre outras.

Até o dia 31/12/2024, foram celebrados **101 novos instrumentos de repasses** totalizando **R\$ 293.231.153,79** (duzentos e noventa e três milhões, duzentos e trinta e um mil, cento e cinquenta e três reais e setenta e nove centavos), dentre propostas de emendas, propostas específicas e propostas voluntárias, além de **17 Transferências**

**Especiais** no valor de **R\$ 68.613.995,00** (sessenta e oito milhões, seiscentos e treze mil, novecentos e noventa e cinco reais), que deram origem à **105 novos projetos de investimentos**.

**Tabela 01** – Distribuição e valores das emendas concedidas, por município, no Estado do Acre.

Valores Captados Base de Cálculo - 2024			%atingido
Tipo	Qtde	Valor	
Proposta de Emendas	76	R\$ 122.850.248,35	Em relação ao valor disponibilizado
Propostas Específicas	22	R\$ 167.636.251,44	
<b>Propostas Voluntárias*</b>	<b>3</b>	<b>R\$ 2.744.654,00</b>	
Transferência Especial	17	R\$ 68.613.995,00	
<b>Total Captado</b>	-	<b>R\$ 361.845.148,79</b>	
<b>Base para Cálculo</b>		<b>R\$ 359.100.494,79</b>	<b>89%</b>

\*As propostas voluntárias não são consideradas para a base de cálculo da Meta.

Importante ressaltar que grande parte das propostas não celebradas, são por déficit orçamentário dos Concedentes (ministérios) ou ainda análise não realizada.

No que tange à gestão das emendas, as principais dificuldades são:

- acesso as informações das alterações das indicações das emendas federais (valores, GND, executor etc.).
- abertura de programas com prazo reduzido para o cadastramento de propostas.

Ressalta-se a necessidade de solicitar periodicamente informações da bancada federal, dos parlamentares federais.

No âmbito do acompanhamento das propostas, as principais dificuldades são:

- demora na análise das propostas por alguns ministérios, que deixam para o último mês do ano, diminuindo drasticamente o prazo útil para sanar pendências, e realizar complementações e anexar documentos às propostas.
- demora por parte dos tribunais em emitir certidões.

Cita-se a necessidade de reforçar a orientação dos técnicos de convênios dos órgãos setoriais para buscar informações (fazer contato com os ministérios) durante o período de análise das propostas, com o intuito de se antecipar as diligências e complementações.

#### **d) Monitoramento de 100% do Recursos oriundos de Transferências Especiais**

Além das emendas que são disponibilizadas por meio de programas dos ministérios, foram instituídas em 2020 as transferências especiais, as quais não se vinculam a programas de ministérios, ocorrendo a liberação de recursos diretamente aos beneficiários, neste caso aos governos estaduais e municipais. Em 2024, a gestão desses recursos executados por meio de 231 planos de trabalho, totalizaram R\$ 148,5 mi em investimentos, envolvendo 33 órgãos do Estado.

No caso das transferências especiais, o Departamento de Convênios Federais (DECONF) também faz o controle e a coordenação do processo de execução e prestação de contas desses recursos, implementando normas organizativas que foram estabelecidas por meio de portarias interinstitucionais (SEPLAN, Casa Civil e SEFAZ), viabilizando o controle bancário, orçamentário e financeiro.

Foram realizadas visitas *in loco* em algumas obras oriundas de recursos de transferências especiais, afim de confirmar a evolução de tais projetos.

Em 2024 foi disponibilizado ao Estado **R\$ 68.613.995,00** (sessenta e oito milhões, seiscentos e treze mil, novecentos e noventa e cinco reais) provenientes de Transferências Especiais destinadas ao Governo do Estado do Acre, originando **105 novos projetos**.

Durante o ano foram realizadas diversas reuniões com as equipes dos órgãos setoriais (que executam recursos de transferências especiais) para alinhamento quanto às novas mudanças nas regras de execução das emendas especiais, principalmente com a implementação da Instrução Normativa – TCU N° 93, de 17 de janeiro de 2024, que resultou na elaboração e publicação da Portaria Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CASA CIVIL N° 01, de 01 de abril de 2024, alterada pela Portaria Conjunta MF/MPO/MGI/SRI-PR N° 115, de 10 de dezembro de 2024 e a recente Lei Complementar 210, de 25 de novembro de 2024, que trata sobre a proposição e execução de emendas parlamentares.

Em atendimento a Instrução Normativa – TCU N° 93, a Lei Complementar n° 210, de 25 de novembro de 2024 e Portaria Conjunta MF/MPO/MGI/SRI-PR n° 115 de 10 de dezembro de 2024, que dispõem sobre procedimentos e prazos. Foi solicitado aos órgãos executores (SEI 0088.016762.00229/2024-06), celeridade na apresentação dos

planos de trabalho, para que a equipe do Núcleo de Transferências Especiais – NUCTE pudesse realizar o preenchimento das informações na plataforma Transferegov.br até o dia 31 de dezembro de 2024 como previsto.

No que tange à gestão das transferências especiais, as principais dificuldades são: Acesso as informações das alterações das indicações das emendas federais no SIOP (valores, GND, executor, etc.); Indicações de OSCs como beneficiários indiretos de emendas especiais; e Limitações técnicas das equipes setoriais na elaboração de planos de trabalho, gestão financeira e orçamentária das emendas especiais.

Desta forma, dentre as lições aprendidas podemos ressaltar a necessidade de estreitar a comunicação com os parlamentares e seus assessores, com objetivo de evitar conflitos na indicação de emendas, resultando na dificuldade, ou até inviabilidade da execução.



**Figura 11** - Reunião Técnica de alinhamento sobre a execução das transferências especiais



**Figura 12-** Visita de técnica de vistoria de obras

*e) Ampliação do nível de execução financeira dos convênios federais em relação ao ano anterior*

Em 2024 realizou-se o monitoramento da execução de 291 convênios federais, totalizando uma carteira de investimentos de R\$ 1.64 bi, envolvendo 32 órgãos do Estado.

As ações desenvolvidas fizeram com que fosse superado com êxito a meta de ampliação de 10% do valor executado em relação ao exercício anterior, ampliando em **91,7%** o valor executado, em relação ao ano de 2023, totalizando **mais de 140 milhões** de execução com convênios e contratos de repasses, conforme figura abaixo.



**Figura 13** - Execução financeira de convênios e contratos de repasse em 2024

Dentre as ações realizadas, podemos destacar:

- A elaboração de minuta de decreto estadual com a finalidade de atualizar as regras de publicidade de convênios, contratos de repasse e transferências especiais, e conduziu o processo para publicação deste decreto, sendo o mesmo fundamental para que a estrutura do Governo do Estado possa cumprir as regras estabelecidas na Portaria Conjunta MGI /MF/CGU N° 33, de 30 de agosto de 2023, e da Instrução Normativa – TCU N° 93, de 17 de janeiro de 2024.
- Visitas técnicas nas obras, afim de identificar possíveis dificuldades e apontar soluções para orientar o órgão executor.

- Reuniões de alinhamento periódicas com os órgãos setoriais, para esclarecimentos quanto a execução financeira e orçamentária.
- Definição de ordenadores e gestores financeiros.
- Análise orçamentária e financeira dos instrumentos.
- Suporte diário às ferramentas Transferegov e Safira.



**Figura 14** - Visitas técnicas realizadas em 2024.

*f) Elevar a capacidade técnica de 30% dos integrantes das equipes que atuam na execução de convênios federais.*

A busca da excelência na Gestão de Convênios passa pela evolução permanente do perfil de habilidades dos técnicos que atuam diretamente nessas atividades. Nesse caso requer, além do conhecimento das habilidades requeridas em cada processo, a realização do diagnóstico permanente do rol de habilidades dos profissionais envolvidos, sendo possível assim estabelecer um programa de capacitação que possa elevar essa base de competência e alcançar o perfil desejado.

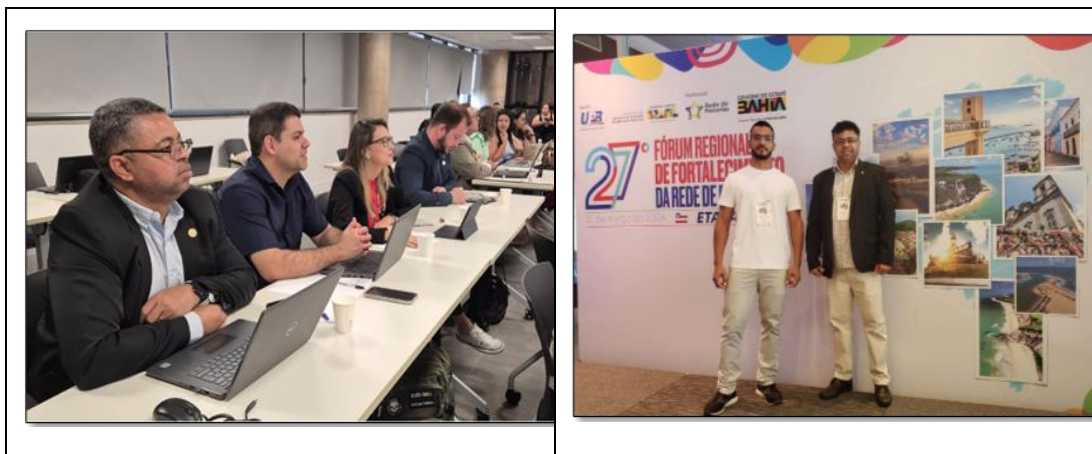
Além disso, torna-se imprescindível que a política estadual de gestão de convênios federais do Acre esteja em alinhamento com a política federal de transferências da união que é atualmente gerida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, por meio da Rede de Parcerias, o que viabiliza o fortalecimento dos processos gerenciais e acesso a rede nacional de capacitação.

Em 2024 foram alcançados os seguintes resultados:

- Participação da equipe do DECONF nos fóruns realizados pela Rede de Parcerias do governo federal, o que ampliou os conhecimentos da equipe para fortalecer a base de competência no que tange o monitoramento dos convênios.
- 01 capacitação das equipes dos órgãos setoriais quanto a utilização do sistema Obrasgov/CIPI (20 técnicos capacitados).
- 01 Curso sobre A Nova Legislação e Gestão de Convênios Federais para os órgãos setoriais (30 técnicos capacitados).
- 02 Cursos Transferegov Completo para os órgãos setoriais (60 técnicos capacitados).
- 02 Oficinas de Capacitação em Engenharia de Custos (40 técnicos capacitados).
- 01 Oficina de Capacitação em Elaboração de Projetos de Trabalhos Sociais (20 técnicos capacitados).



**Figura 15** - Capacitação dos técnicos e gestores de convênios.



**Figura 16** - Participação da equipe nos Fórum da Rede de Parcerias.

*g) Garantir a execução orçamentária de 95% das Emendas Parlamentares Estaduais apresentadas ao PLOA 2024.*

Para a consecução desse objetivo adotou-se a seguinte estratégia:

- Publicação de editais para convocação das Instituições beneficiárias (OSC, prefeituras e órgãos federais), padronizando formulários, anexos, checklist e estabelecendo prazos para cada etapa do processo;
- Acompanhamento junto aos órgãos setoriais a fim de garantir a execução tempestiva das emendas e, quando for o caso, viabilizar a alteração pelos parlamentares das emendas que possuem parecer de impedimento técnico (em execução).
- Orientações técnica a assessores Parlamentares e técnicos de órgãos setoriais (em execução)

Isso gerou os seguintes resultados:

- Garantia da obrigação constitucional de execução das emendas parlamentares impositivas.
- Padronização de documentos e procedimentos pelos órgãos setoriais, garantindo segurança jurídica aos agentes públicos e aos beneficiários das emendas.
- Foram lançados 04 editais de convocação para execução das emendas parlamentares impositivas. No primeiro trimestre foram lançados dois editais de convocação, sendo 01 para Organizações da Sociedade Civil e 01 para Prefeituras. Devido à impedimentos técnicos para execução das emendas, dois novos editais foram

lançados no decorrer do terceiro trimestre, mais uma vez 01 sendo destinado à Organizações da Sociedade Civil e outro destinado à Prefeituras.

Foram empenhados R\$ 75.415.278,09 e pagos R\$ 59.426.821,04. Ao final do exercício de 2024, o montante de R\$ 2.834.675,00 ficou disponível.



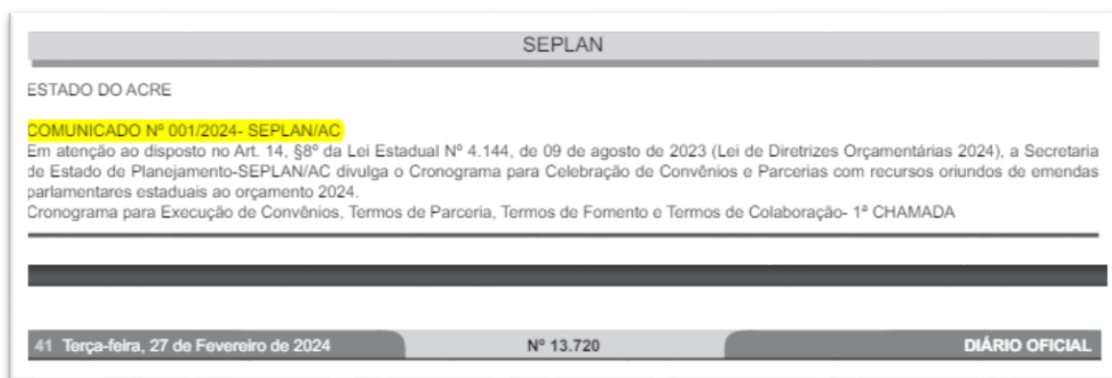
**Figura 17** - Publicação dos dois primeiros editais para convocação das Instituições beneficiárias:  
Disponível em: <https://seplan.ac.gov.br/governo-do-acre-publica-edital-de-convocacao-de-parcerias-com-organizacoes-da-sociedade-civil/>

*h) Publicação de 03 normatizações para otimizar a execução de instrumentos de repasse e emendas parlamentares estaduais.*

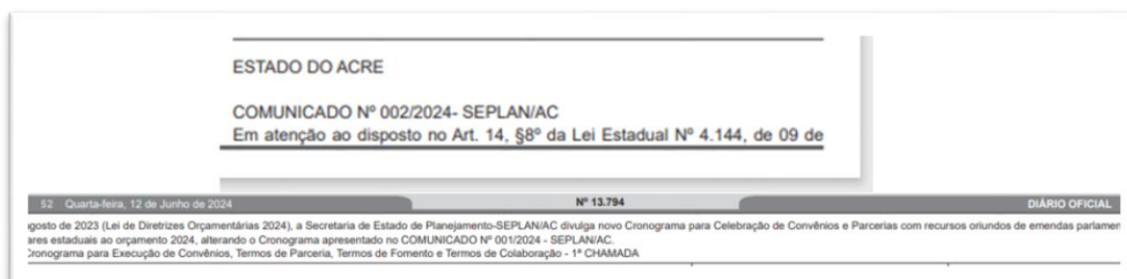
As publicações realizadas normatizam e dão transparência ao processo celebração e execução das parcerias firmadas com as Organizações da Sociedade Civil e prefeituras. Foram publicados 03 instrumentos normativos, a saber:

- Publicação de 01 portaria com o cronograma de execução das emendas parlamentares.
- Publicação de 01 decreto regulamentando a execução de convênios estaduais, disponível em : <https://legis.ac.gov.br/detalhar/5980>.
- Publicação de 01 decreto regulamentando a execução das transferências especiais, disponível em: <https://legis.ac.gov.br/detalhar/6025>.

A atualização/elaboração dos decretos para execução de convênios e parcerias trouxe a oportunidade de trazer para o Estado do Acre boas práticas de regulamentações normativas existentes no governo federal e em outros Estados.



**Figura 18** - Comunicado SEPLAN, estabelecendo o cronograma para execução das emendas, em consonância com a LDO 2024: Disponível em: Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.720, de 27 de fevereiro de 2024



**Figura 19** - Alteração do cronograma para execução das emendas: disponível em: [Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.794, de 12 de junho de 2024.](#)

*i) Implementação de softwares para otimizar a execução de instrumentos de repasse e emendas parlamentares estaduais.*

A ferramenta web para transparência das emendas parlamentares estaduais e a implementação do Programa de Gestão Financeira BB Ágil foram implementadas. Essas ferramentas permitem a transparência do uso do recurso público e conferem agilidade na aplicação do recurso.

Quanto a implementação da Plataforma TransfereGOV para a gestão de convênios e parcerias, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI prorrogou para 2025 a previsão de abertura da Plataforma TransfereGOV para os Estados utilizarem como concedente. Portanto, essa ação deverá aguardar a liberação da abertura da Plataforma para ser implementada no Estado.

O elevado tempo no processo de implementação do Programa BB Gestão Ágil junto ao Banco do Brasil, além de erros apresentados pela Plataforma, foi uma das dificuldades encontradas nessa ação.



**Figura 20** - Ferramenta web para transparências das emendas Parlamentares Estaduais  
Disponibilização no site da SEPLAN de espaço para consulta das Emendas Parlamentares Estaduais  
Disponível em: <https://seplan.ac.gov.br/emendas-parlamentares-estaduais/>

*j) Capacitação para servidores a fim otimizar a gestão de convênios, termos de fomento e termos de colaboração em que o Governo do Estado atue como concedente.*

Os cursos/capacitações foram oferecidos conforme planejado. Mais de 150 servidores foram capacitados, entre servidores públicos e assessores parlamentares.

Os cursos/capacitações abordaram as diversas etapas da execução das emendas impositivas, abordando os aspectos legais e operacionais desde a indicação até a execução, e foram ministrados por empresa especializada, gestor da SEPLAN, em parceria com a Escola do Servidor/SEAD, conforme segue:

*1. Elaboração e implementação do Plano de Capacitação para os servidores do poder executivo estadual*

Esta proposta envolve:

- 01 oficina sobre a Execução de Emendas Parlamentares Estaduais;
- 02 turmas para 30 pessoas do curso Gestão, Monitoramento e Avaliação do MROSC - Decreto nº 11.948/24;
- 01 turma para 30 pessoas do curso Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC.

## *2. Elaboração e implementação do Plano de Capacitação para assessorias parlamentares*

- 01 curso Emendas Parlamentares na LOA- da indicação à execução orçamentária (previsto para 09 a 11 de setembro, promovido pela Escola do Servidor/SEAD);
- 01 curso Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC. (previsto para novembro, promovido pela Escola do Servidor/SEAD).

## *3. Elaboração e implementação do Plano de Capacitação para as OSC*

- Esta parcela da meta foi assumida Conselho Estadual de Fomento e Colaboração do Acre (Confoco-AC), órgão colegiado vinculado à Secretaria de Estado de Governo (Segov).



**Figura 21** - Oficina “Emendas Parlamentares Estaduais para Concedente”, realizada nos dias 08/02 e 09/02/2024 no auditório do Palácio das Secretarias, contando com a participação de servidores de 15 órgãos do poder executivo estadual.



**Figura 22** - Curso Gestão, Monitoramento e Avaliação do MROSC.

*k) Monitoramento de 100% dos instrumentos de repasse em que o Governo do Estado atue como concedente*

O monitoramento permite acompanhar a dinâmica de execução das emendas nos órgãos e obter o número do processo SEI, especialmente para as emendas de aplicação direta.

As visitas às instituições têm sido realizadas periodicamente assim como são mantidos contatos com assessores parlamentares a fim de dar diligência a possíveis necessidades de ajustes/alterações das emendas concedidas.

Atualmente o monitoramento é realizado apenas dos repasses oriundos de emendas parlamentares estaduais, estando todos devidamente registrados no Sistema de Gestão de Convênios Estaduais da SEPLAN. O objeto é estender esse acompanhamento para todas as fontes de recursos.



	Previsto	Liberado	a Liberar	Executado	Saldo em Conta
FORTE 100 Q	RS 122.831.678,06	RS 45.394.981,45	RS 77.436.696,61	RS 21.074.662,57	RS 24.320.316,88
FORTE 200 Q	RS 1.419.351.131,67	RS 496.205.286,90	RS 923.145.844,77	RS 226.712.789,17	RS 269.402.467,73
* RENDIMENTOS Q	RS 3.937.194,73	RS 3.937.194,73	-	RS 1.744.854,79	RS 2.192.339,94
<b>TOTAL Q</b>	<b>RS 1.546.120.004,46</b>	<b>RS 545.537.463,08</b>	<b>RS 1.000.582.541,38</b>	<b>RS 249.532.306,53</b>	<b>RS 296.005.156,55</b>

**Figura 23** - Tela do Sistema de Gestão de Convênios para acompanhamento dos Emendas Parlamentares e respectivos Instrumentos de Repasse.

*l) Gestão dos Programas e Contratos firmados entre o Governo do Estado do Acre e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)*

- Apresentar (09) identificações de intervenções/solicitação de autorização - II/SA na área de saneamento no valor total de R\$ 78.734.473,48

Constitui-se como principal ação a Apresentação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 09 (nove) Identificações de Intervenções / Solicitação de Autorização - II/SA na área de saneamento no valor total de R\$

78.734.473,48, sendo R\$ 35.653.710,48 de recursos do contrato nº 11.2.1173.1 - PIDS V - Subcrédito A (Saneamento); e R\$ 43.080.763,00 do contrato nº 12.2.1384.1 – SANEAC.

O Departamento de Gerenciamento de Créditos à Infraestrutura – DEPGIF buscou junto ao Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre – SANEACRE e a Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo – SEHURB identificar intervenções necessárias para resolução de problemas de saneamento nos municípios do Estado do Acre. Após reuniões identificou-se que com os recursos disponíveis pode-se realizar 08 obras, além da aquisição de equipamentos para estruturação do setor operacional dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios do interior do Estado do Acre, totalizando as 09 intervenções, conforme abaixo:

1. Implantação de laboratório e melhorias da estrutura do Saneacre - Mâncio Lima.
2. Implantação de laboratório e melhorias da estrutura do Saneacre - Rodrigues Alves.
3. Implantação de Melhoria de Abastecimento de Água no município de Porto Walter (Reservação e Sede).
4. Aquisição de Equipamentos para Estruturação do Setor Operacional dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário dos Municípios do Interior do Estado do Acre.
5. Implantação de Melhorias no Sistema de Reservação, no município de Assis Brasil.
6. Pavimentação e Saneamento no Conjunto Habitacional Cidade do Povo – II Etapa.
7. Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água, no município de Senador Guiomard.
8. Ampliação e Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água, no município de Xapuri.
9. Implantação de Melhorias no Sistema de Abastecimento de Água no Município de Bujari.

Após o levantamento, houve a elaboração das IISA's em conjunto DEPGIF, SEHURB e SANEACRE, das quais 100% já estão elaboradas, sendo 08 IISA's já

apresentadas para análise a aprovação pelo BNDES e 01 está em fase de revisão e organização pelo SANEACRE.

Esses projetos beneficiam os municípios de Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Plácido de Castro, Porto Walter, Tarauacá, Assis Brasil, Rio Branco, Senador Guiomard e Bujari.

Estes projetos, proporcionarão regularidade no abastecimento de água, maior confiabilidade no sistema e na qualidade do produto gerado e melhorará os índices de saúde pública e de qualidade de vida.

- Concluir 02 Contratos de Operações de Crédito com o BNDES (PIDS V - SUB B E PROINVESTE)

Concluir 02 contratos de operações de crédito contratadas com o BNDES listados abaixo:

1. PIDS Fase V, contrato nº 11.2.1173.1 (Subcrédito A).
2. PROINVESTE, contrato Nº 12.2.1318.1.

Os 02 contratos estão em execução em fase final, conforme descrito abaixo:

O Programa PIDS V - SUB – B estava com apenas 01 obra ainda em execução para conclusão de 100% da operação. A Obra em execução é a Duplicação da Rodovia AC-405 - Cruzeiro do Sul, a qual foi entregue em 2024.

O Programa PROINVESTE concluiu 100% das intervenções em março de 2024. O próximo passo é iniciar os relatórios de conclusão do programa. Os resultados desses 2 contratos são: 11,17 km da rodovia AC-405 duplicados/restaurados (CZS - M. Lima) e 7,8 km de vias urbanas pavimentadas em Rio Branco.

*m) Encerramento de 04 contratos de operações de crédito com a Caixa Econômica Federal*

Os contratos são executados pela Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP e Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo – SEHURB, cabendo ao DEPGIF apenas monitorar e fazer a intermediação entre os executores, assim como necessário com a CAIXA. Neste sentido, o DEPGIF tem acompanhado junto a SEOP e SEHURB o andamento da execução dos contratos abaixo relacionados:

1. PRÓ-MORADIA: nº 258.451-00/2009
2. CPAC/PRÓ-MORADIA: nº 406.341-18/2013
3. CPAC/PRÓ-MORADIA: nº 406.342-22/2013
4. CPAC/PRÓ-MORADIA: nº 406.343-36/2013

Os quatro contratos já estão com as obras 100% concluídas, em fase final de execução do trabalho social, para realizar a medição final e encerrar os contratos. São contratos assinados em 2013 e já estão há mais de 10 anos em execução, os mesmos contemplam o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e beneficiaram a área de saneamento integrado e urbanização de bairros de Rio Branco.

*n) Gestão do Programa de Infraestrutura e Saneamento do Estado do Acre (PROISA)*

O Estado do Acre ainda enfrenta significativos desafios no que concerne ao saneamento básico, à mobilidade urbana e à infraestrutura viária. Nesse contexto, o Programa de Infraestrutura e Saneamento do Estado do Acre – PROISA é concebido com o objetivo de mitigar os seguintes problemas identificados na capital, Rio Branco:

- Insuficiência na interligação entre bairros distintos, separados pelo Rio Acre.
- Processos erosivos nas margens do Rio Acre e a carência de atracadouros de pequeno porte.
- Elevada concentração de fluxo de veículos nas principais artérias viárias do centro da cidade.

O PROISA tem por finalidade:

- Promover a redução do tempo de deslocamento de pessoas e cargas entre o Bairro XV e a Regional da Baixada, em Rio Branco.
- Aprimorar a mobilidade urbana na área de abrangência do programa.
- Mitigar os riscos de desabamento das edificações localizadas nas margens do rio Acre.
- Fomentar o desenvolvimento integrado da região impactada pelas intervenções planejadas.

O Contrato de Empréstimo BRA-040/2023, referente ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, foi formalizado em 15 de maio de

2024. Desde então, diversas ações administrativas têm sido implementadas com o objetivo de gerenciar e executar o referido projeto, dentre as quais se destacam:

- Constituição, no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN, da Unidade de Gerenciamento do Programa - UGP, conforme estabelecido no Decreto nº 11.440, de 19 de março de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 13.738, de 21 de março de 2024.
- Estabelecimento das diretrizes para a implementação do Programa de Infraestrutura e Saneamento do Estado do Acre - PROISA, em consonância com o contrato de empréstimo firmado entre o Estado do Acre e o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, conforme o Decreto nº 11.441, de 19 de março de 2024, publicado no DOE nº 13.738, de 21 de março de 2024.
- Designação do servidor Aloisio Mestriner Detomini, matrícula nº 9194851-5, para a função de Coordenador da Unidade de Gerenciamento do Programa de Infraestrutura e Saneamento do Estado do Acre - UGP/PROISA, por meio da Portaria SEPLAN nº 76, de 09 de abril de 2024, publicada no DOE nº 13.751, de 11 de abril de 2024.
- Abertura de processo licitatório, por meio do AVISO DE LICITAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO No. 01/2024 - SELEÇÃO DE CONSULTOR INDIVIDUAL - PESSOA FÍSICA, visando à contratação de consultoria individual especializada em Aquisições e Contratações. Esta iniciativa tem como objetivo fortalecer a Unidade de Gerenciamento do Programa de Infraestrutura e Saneamento do Estado do Acre - UGP/PROISA, no âmbito do Acordo de Empréstimo nº BRA-40/2023, na modalidade de Concurso Público.
- Elaboração e submissão ao Fonplata dos documentos de planejamento do Programa, em observância às cláusulas contratuais.
- Produção da documentação necessária para o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso financeiro.
- Realização de reuniões e provisão de orientações aos Órgãos executores envolvidos.
- Execução de videoconferências com representantes do Banco FONPLATA.

Adicionalmente, no período de 12 a 14 de novembro de 2024, foi conduzida em

Rio Branco uma agenda de trabalho com o Senhor Brando Ponti, especialista Sênior em Aquisições do banco FONPLATA. Esta agenda compreendeu um treinamento detalhado sobre as políticas de aquisições do Fonplata e a realização de reuniões técnicas. O objetivo central dessas atividades foi promover o alinhamento dos procedimentos necessários para a subseqüente publicação dos Editais do Programa.

**Evidências:**

- Decreto nº 11.440, de 19 de março de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 13.738, de 21 de março de 2024, que formaliza a constituição da Unidade de Gerenciamento do Programa - UGP no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN.
- Decreto nº 11.441, de 19 de março de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 13.738, de 21 de março de 2024, que estabelece as medidas para a implementação do Programa de Infraestrutura e Saneamento do Estado do Acre - PROISA, em conformidade com o contrato de empréstimo firmado entre o Estado do Acre e o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA.
- Portaria SEPLAN nº 76, de 09 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 13.751, de 11 de abril de 2024, que designa o servidor Aloisio Mestriner Detomini, matrícula nº 9194851-5, para exercer a função de Coordenador da Unidade de Gerenciamento do Programa de Infraestrutura e Saneamento do Estado do Acre - UGP/PROISA.
- Aviso de Licitação - Concurso Público nº 01/2024 - Seleção de Consultor Individual - Pessoa Física, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 13.922, de 11 de dezembro de 2024.
- Aprovação da versão de junho do Plano Operativo Anual - POA.
- Aprovação da versão de junho do Plano de Aquisições e Contratações – PAC.
- Aprovação da versão de junho da Projeção de Execução Plurianual.
- Aprovação da versão de junho da Projeção de Desembolsos.
- Aprovação do Relatório Inicial do PROISA.

*o) Gestão do Programa de Financiamento das Contrapartidas do PAC (CPAC)*

*Contrato de Financiamento nº 406.461-75/2013– assinado entre a Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado do Acre.*

O Programa de Financiamento das Contrapartidas do PAC tem como finalidade subsidiar as contrapartidas exigidas em projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Esses projetos são realizados com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), financiados pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ou por outras instituições financeiras.

No Estado do Acre, o programa também viabilizou contrapartidas para operações de crédito e/ou convênios vinculados ao PAC. Entretanto, sua principal intervenção foi direcionada à construção e implementação de diversos equipamentos públicos e infraestrutura geral indispensáveis ao funcionamento do Conjunto Habitacional Cidade do Povo.

Com o saldo remanescente da operação de crédito, o Governo do Estado está executando as seguintes obras:

1. Construção da Base da Polícia Militar, na Cidade do Povo, Rio Branco-Acre.
2. Construção do Complexo da Polícia Civil na Cidade do Povo - 1ª Etapa.

#### **Evidências:**

- Construção da Base da Polícia Militar, na Cidade do Povo, Rio Branco-Acre
  - Contrato nº 045/2023/Sehurb.
  - Empresa contratada: E. G. Silva Construções e Comércio LTDA
  - Início: Abril de 2024
  - Previsão de Conclusão: Junho de 2025.
    - Processo SEI nº 0844.016790.00051/2023-77
- Construção do Complexo da Polícia Civil na Cidade do Povo - 1ª Etapa.
  - Ano de 2023: Início do Processo Licitatório em Outubro
  - Ano de 2024: Trâmite do Processo Licitatório
  - Ano de 2025: Assinatura do Contrato em 26 de fevereiro
  - Contrato nº 001/2025
  - Empresa contratada: Nardino e Pinheiro Ltda

*p) Gestão do Programa de Financiamento para Infraestrutura e Saneamento (FINISA – 2022)*

*Contrato de Financiamento nº 0554.150-49/2022 – FINISA – assinado entre a Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado do Acre.*

O Financiamento para Infraestrutura e Saneamento (FINISA/2022) tem como objetivo a reestruturação da dívida do Estado do Acre com a Caixa Econômica Federal, por meio da amortização de Contratos de Financiamento e o financiamento de investimentos estruturantes no Estado.

O projeto foi autorizado pelo Poder Legislativo Estadual, através da Lei nº 3.547, de 13 de novembro de 2019, e suas alterações promovidas pelas Leis nº 3.618, de 15 de abril de 2020, e Lei nº 3.639, de 02 de julho de 2020. Ele está estruturado para financiar programas de investimentos que abrangem:

- Amortização e reestruturação da dívida;
- Controle da dívida interna;
- Modernização da gestão fazendária;
- Modernização e fortalecimento da gestão de bens públicos e documentação;
- Construção e reforma de prédios públicos do Poder Executivo.
- Financiamento de investimentos estruturantes.

A implementação das ações é realizada pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, Secretaria de Estado de Administração – SEAD e Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP, com a coordenação e gestão executadas pela Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN.

**Evidências:**

- Aquisição de 03 (três) caminhonetes 4x4
  - Objetivo: Atender às necessidades de complementação da frota de veículos oficiais da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/AC.
  - Conclusão: agosto de 2024.
    - Processo SEI nº 0715.012432.00216/2023-31
    - Processo SEI nº 0715.015326.00024/2022-94

*q) Gestão do Programa PRO-TRANSPORTE - Contratos de Financiamento assinados entre a Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado do Acre.*

Programa que visa apoiar os setores público e privado para a implantação de sistemas de infraestrutura do transporte coletivo urbano e de mobilidade urbana.

No Estado do Acre, estão contratadas 03 (três) operações de crédito, todas no ano de 2014, que objetivam a pavimentação e qualificação de vias urbanas em diversos bairros da cidade de Rio Branco.

- Contrato nº 400.039-12/2014
  - Objetivo: pavimentação e qualificação de vias urbanas nos bairros Santo Afonso, Santa Helena, Santa Luzia e Salim Farhat na Cidade de Rio Branco
  - Assinatura: 30/04/2014
  - Previsão de Conclusão: 30/06/2026
- Contrato nº 400.089-29/2014
  - Objetivo: pavimentação e qualificação de vias urbanas nos bairros Boa Vista, Conquista, Floresta Sul e Flor de Maio na Cidade de Rio Branco
  - Assinatura: 30/04/2014
  - Previsão de Conclusão: 31/05/2027
- Contrato nº 400.131-43/2014
  - Objetivo: pavimentação e qualificação de vias urbanas nos bairros Ouricuri, Rui Lino, Vale dos Sabiás e Jardim Primavera na Cidade de Rio Branco
  - Assinatura: 30/04/2014
  - Em execução: Meta Vale dos Sabiás
  - Previsão de Conclusão: 30/04/2025

**Evidências:**

- Contrato nº 400.039-12/2014
  - Termo Aditivo com Plano de Ação
    - Repactuação de prazos para execução: assinado em 26/09/2024
    - Previsão de Conclusão: 30/06/2026

- Para viabilizar a implementação do NOVO CRONOGRAMA, acordou-se os seguintes eventos e prazos:
  - a) Apresentação do Processo Licitatório até 31/12/2024.
  - b) Apresentação do Boletim de Medição de Retomada de obras até 31/01/2025.
  - c) Apresentação da medição final até 30/06/2026.
- Contrato nº 400.089-29/2014
  - Termo Aditivo com Plano de Ação
    - Repactuação de prazos para execução: assinado em 26/09/2024
    - Previsão de Conclusão: 31/05/2027
    - Para viabilizar a implementação do NOVO CRONOGRAMA, acordou-se os seguintes eventos e prazos:
      - a) Apresentação do Processo Licitatório até 28/02/2025.
      - b) Apresentação do Boletim de Medição de Retomada de obras até 31/03/2025.
      - c) Apresentação da medição final até 31/05/2027.
- Contrato nº 400.131-43/2014
  - Em execução: Meta Vale dos Sabiás
  - Processo SEI Nº 4016.011936.00262/2023-06

r) *Gestão do Programa PROMORADIA – Produção de Conjuntos Habitacionais. Contrato de Financiamento nº 0619494-83– assinado entre a Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado do Acre.*

O Programa PROMORADIA, voltado ao acesso à moradia para a população de baixa renda, tem como objetivo financiar a construção de unidades habitacionais em áreas legalmente definidas. Essas áreas devem oferecer, no mínimo, acesso por via pública e soluções adequadas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica.

No Estado do Acre, o programa está promovendo a construção de 383 unidades habitacionais na Cidade do Povo, localizada no segundo distrito de Rio Branco. Este bairro já dispõe de equipamentos comunitários que atendem integralmente as novas

moradias, incluindo infraestrutura de educação, saúde, segurança, comércio, assistência, lazer e outros, implementados pelo Governo nas fases anteriores do projeto.

**Evidências:**

- LOTE 1 - Construção de 136 Unidades Habitacionais (Bairro Cidade do Povo)
  - Contrato nº 007/2024.
  - Empresa contratada: Líder Construções Eireli.
  - Status: Em execução
  - Início: Abril de 2024
  - Previsão de Conclusão: Junho de 2025.
    - Processo SEI nº 0844.014427.00001/2024-48
- LOTE 2 - Construção de 128 Unidades Habitacionais (Bairro Cidade do Povo)
  - Contrato nº 008/2024.
  - Empresa contratada: Líder Construções Eireli.
  - Status: Em execução
  - Início: Maio de 2024
  - Previsão de Conclusão: Abril de 2025.
    - Processo SEI nº 0844.014427.00002/2024-92
- LOTE 3 - Construção de 119 Unidades Habitacionais (Bairro Cidade do Povo)
  - Contrato nº 016/2024.
  - Empresa contratada: Consórcio Delta e Juruá (D&J).
  - Status: Em execução
  - Início: Junho de 2024
  - Previsão de Conclusão: Julho de 2025.

**s) *Gestão do programa PROGESTÃO***

O PROGESTÃO ACRE visa beneficiar diretamente as secretarias e autarquias envolvidas. Antecipa-se que essas instituições e seus colaboradores experimentarão aprimoramentos consideráveis, resultando em informações mais precisas e oportunas para embasar decisões estratégicas, ao mesmo tempo em que desenvolvem competências técnicas aprimoradas na manipulação desses dados.

Para os cidadãos e as empresas, a implementação do projeto representa uma

governança mais transparente, refletindo em um aumento da produtividade no setor público. Os usuários dos serviços públicos também se beneficiarão de sistemas de gestão na área da saúde, educação e assistência social com maior eficiência.

As organizações da sociedade civil e acadêmicos serão beneficiados com informações de alta qualidade, ampliando seu potencial para pesquisa, prestação de contas e gestão.

Adicionalmente, as empresas no Estado do Acre colherão benefícios indiretos através de decisões de política fiscal mais informadas, respaldadas por informações financeiras completas, precisas e oportunas, assim como uma análise de políticas mais sólida. O alcance abrangente do Projeto PROGESTÃO ACRE visa, assim, fortalecer de forma significativa diversos setores, culminando em melhorias palpáveis e sustentáveis em toda a esfera governamental e na sociedade em geral.

O Acordo de Empréstimo nº 9583-BR, PROGESTÃO/BIRD foi assinado em 15 de maio de 2024. Desde então, várias ações administrativas foram empreendidas para gerir e executar o projeto, dentre as quais destacamos:

- Contratação de Consultoria Individual, **Especialista em Aquisições;**
- Contratação de Consultoria Individual, **Especialista em Gestão Administrativa e Financeira;**
- Contratação de Consultoria Individual, **Analista de Aquisições, com ênfase na Gestão de Processos de Licitação;**
- Contratação de Consultoria Individual, **Analista de Aquisições, com ênfase na Gestão de Contratos;**
- Contratação de Consultoria Individual, **Analista em Questões Socioambientais;**

No fim de 2024 a UGP conta ainda com 02 processos em Licitação:

- Contratação de Serviços de Consultoria de Pessoa Jurídica para o **Desenvolvimento de um Sistema para os Processos Administrativos Tributárias da Secretaria da Fazenda do Estado do Acre** – Modalidade SBQC - Previsão de contratar em fevereiro de 2025.
- Contratação de serviços de consultoria especializada para serviços de **dimensionamento e planejamento da força de trabalho do Estado do Acre,**

em apoio à Secretaria de Estado de Administração – SEAD – Modalidade SBQC - Previsão de contratar em maio de 2025.

No fim de 2024 a UGP contava ainda com outros 05 processos em fase elaboração de TDR:

- Contratação de Consultoria Especializada para **Transformação de Processos, Levantamento de Requisitos e Proposta de Solução Tecnológica para Gestão Financeira e Governança** na Política de Assistência Social do Estado do Acre.
- Contratação de serviços de consultoria especializada **para implantar o Escritório de Projetos no estado do Acre**, visando a padronização, gerenciamento, capacitação, monitoramento e avaliação de planos, programas e projetos prioritários, e o estabelecimento de indicadores para o monitoramento contínuo dos resultados.
- Serviço de consultoria para prestação de serviços técnicos de **Estruturação do Programa de Parcerias Público Privadas e elaboração da Carteira de Projetos para potenciais Parcerias Público-Privadas**.
- Contratação de Consultoria Individual, **Especialista em Gestão de Projetos com ênfase em Tecnologia da Informação e Comunicação** para apoiar na Supervisão Técnica e na Gestão de Contratos de Soluções Tecnológicas voltadas à Modernização da Gestão Comercial do Saneacre.
- Contratação de Consultoria Individual **Especialista em Gestão Pública com ênfase em ativos** para fortalecer e apoiar tecnicamente a Diretoria de Gestão Patrimonial, Logística, Documental e Arquivística – DIRPAP da Secretaria de Estado de Administração – SEAD.

Além disso, entre os dias 30/09 a 02/10/2024, foi ministrado, pelo Banco Mundial, em Rio Branco, o **Workshop de Aquisições – Progestão Acre**, com objetivo de apresentar a todos os parceiros no âmbito do Projeto as normas e procedimentos aplicáveis às contratações financiadas pelo Banco Mundial, estipulados pelo respectivos Acordo de Empréstimo. Desenvolver a capacidade de interpretação das regras, com vistas a fortalecer as comissões de licitação e áreas técnicas em tomadas de decisão durante os

processos de aquisições. E fomentar o debate profissional, tendo como base experiências do Banco e dos projetos.



**Figura 24 - Realização de capacitação em Aquisições – Progestão Acre**



**Figura 25 - Matérias publicadas relativas à Missão de Arranque do PROGESTÃO**

**Evidências:**

- Decreto nº 11.254, de Criação da UGP na estrutura da SEPLAN, publicado no DOE 13.738 de 21/03/24. Esta é uma condição de efetividade.
- Decreto nº 11.442, com medidas para implementação do PROGESTÃO ACRE, publicado no DOE 13.738 de 21/03/24. Esta é uma condição de efetividade.

**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO**  
AV. GETULIO VARGAS, 232, PALÁCIO DAS SECRETARIAS,  
4º ANDAR - Bairro CENTRO, Rio Branco/AC, CEP 69900-060

- Decreto nº 11.949, sobre de Criação do Comitê Diretivo do PROGESTÃO ACRE, publicado no DOE Nº 13.793 de 11/06/24. Esta é uma condição de efetividade.
- Aprovação da versão do junho do Manual Operacional do Projeto.

Realização da Missão de Arranque do Projeto nos dias 13 e 15 de maio de 2024

#### *t) Monitoramento plano de ação das salvaguardas do PROSER*

Essa ação é realizada por meio de reuniões virtuais mensais com participação do Banco Mundial e as secretarias SESACRE, SEE e SEOP, nas quais são relatadas as ações realizadas para resolver os problemas elencados no Plano de Ação das Salvaguardas do PROSER e pactuadas novas medidas a serem adotadas, se for o caso. Tais salvaguardas abrangem os municípios Santa Rosa do Purus, Jordão, Marechal Thaumartugo, Porto Walter, Sena Madureira, Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Rio Branco e Porto Acre. Dificulta a conclusão a execução de contrato em municípios isolados e a morosidade dos processos de contratação.

O processo de monitoramento envolve a participação de todos os órgãos que compõem o plano, com o compromisso de resolução dos problemas pactuados. Entretanto, há dificuldades na realização de obras nos municípios isolados e áreas rurais.

#### *u) Gestão do Programa REM (REDD Early Movers)*

O programa REM Acre Fase II oferece suporte financeiro e capacitações para beneficiários através de ações das subexecutoras incentivando assim o engajamento das comunidades locais, incluído povos indígenas, ribeirinhos e extrativistas, para garantir que as práticas de conservação sejam sustentáveis e beneficiem todos os envolvidos. No exercício de 2024, seguiu-se o esforço de execução do programa de acordo com o estabelecido nos instrumentos de gestão pactuados no âmbito do REM.

Cabe a SEPLAN a coordenação técnica do referido REM por meio da Unidade de Coordenação do Programa – UCP/REM Acre Fase II, a qual desempenha um papel crucial na gestão de seus projetos, tendo realizado em 2024 as seguintes ações:

- Elaboração de um Plano Estratégico de Comunicação do Programa REM Acre Fase II: Este plano teve como objetivo disseminar os resultados alcançados na implementação dos projetos, garantindo que suas ações não causem efeitos negativos à biodiversidade florestal ou impactos indesejados às comunidades locais, povos indígenas e populações tradicionais. Além disso, o plano busca fortalecer a transparência e o engajamento com os diversos públicos envolvidos, promovendo uma comunicação clara e eficaz sobre os benefícios e avanços do programa.

- Elaboração e Implementação de um Plano de Investimento – PDI 4, para os anos de 2024 a 2026, com o objetivo garantir a alocação eficiente e estratégica dos recursos financeiro disponíveis a partir da internalização das duas (02) ultimas parcelas de desembolso dos financiadores para investimentos em ações nas comunidades atendidas no Programa. A partir da elaboração do Plano foram realizadas as seguintes ações:

1. **Priorização de Projetos:** Identificar e direcionar recursos para iniciativas que tenham maior impacto na redução de emissões e no fortalecimento das comunidades locais.

2. **Transparência e Prestação de Contas:** Facilitar o monitoramento e a avaliação das ações, assegurando que os recursos sejam utilizados de forma responsável e alinhada aos objetivos do programa.

3. **Sustentabilidade a Longo Prazo:** Planejar investimentos que promovam benefícios duradouros, tanto para a conservação ambiental quanto para o desenvolvimento socioeconômico das populações beneficiadas.

4. **Alinhamento com Metas Globais:** Integrar as ações do programa com compromissos internacionais, como os relacionados ao REDD+ e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

- Atualização do POA a partir da liberação do 4º desembolso – Plano Operativo Anual, integrando os 14 (quatorze) órgãos subexecutores;

- Atualização e Revisão da Nota de Repartição de Benefícios (Novo documento do Programa), adequando projetos e metas sem alteração dos percentuais estabelecidos originalmente;

- Atualização e Implementação do Sistema de Gestão de Riscos Socioambientais e Salvaguardas do Programa Rem. E aliado a isso foi realizado uma capacitação para equipe técnica de monitoramento da UCP/REM para acompanhar e garantir que as

atividades do programa sejam realizadas de forma sustentável, minimizando riscos socioambientais e assegurando que os direitos e o bem-estar das comunidades locais, povos indígenas e populações tradicionais sejam respeitados. Além disso, busca-se fortalecer a transparência, o monitoramento e a mitigação de impactos negativos, promovendo práticas alinhadas às salvaguardas internacionais e aos compromissos ambientais do estado do Acre.

- Atualização e Implementação da plataforma de monitoramento sócio ambiental do Programa REM Acre Fase II que tem como objetivo garantir a transparência, eficiência e eficácia na gestão do programa. Essa ferramenta vai permiti:

1. **Rastreamento de Beneficiários:** Monitorar quem está sendo beneficiado pelas ações do programa, assegurando que os recursos cheguem às comunidades e grupos-alvo.
2. **Acompanhamento de Atividades:** Registrar e acompanhar as atividades realizadas no território, avaliando seu progresso e impacto.
3. **Gestão de Dados:** Centralizar informações relevantes para facilitar a análise, tomada de decisões e ajustes necessários no programa.
4. **Transparência e Prestação de Contas:** Proporcionar uma visão clara das ações e resultados para os gestores, parceiros e financiadores, promovendo confiança e credibilidade.
5. **Sustentabilidade e Planejamento:** Auxiliar no planejamento de ações futuras, garantindo que os objetivos do programa sejam alcançados de forma sustentável;
6. **Avaliação Ambiental:** Auxiliar no cruzamento de dados geoespaciais dos beneficiários com os investimentos do programa para análise de resultado dos investimentos na redução do desmatamento e emissões de GEE.

- Realização da Missão de monitoramento 2024 de Supervisão com os doadores do Programa KFW – Alemanha e BEIS – Reino Unido: com o objetivo de monitorar e avaliar in loco os avanços na implementação do Programa REM Acre Fase II e pactuar medidas para a melhorias e a possível continuidade numa fase III. Esta missão teve alguns objetivos específicos: Verificar o novo Documento do Programa REM e os POAs e PDIs para 2024 e 2025; Verificar o avanço físico e financeiro do Programa desde a última missão, em 2023; Verificar o uso correto dos recursos; Atualizar as informações sobre as estratégias e os planos do governo estadual para o combate ao desmatamento e às

queimadas; Dialogar com representantes dos beneficiários do REM e da sociedade civil e Repactuar os compromissos assumidos com o Governo do Estado do Acre.

- Elaboração e Implementação de um modelo de relatório Anual para serem utilizados pelas subexecutoras para ser descrito os avanços das metas e atividades executadas nos territórios acreanos no âmbito do Programa REM Acre Fase II.
- Implementação do planejamento das Ações Integradas do Programa REM Acre Fase II para o exercício de 2025 e 2026 com todos os coordenadores das subexecutoras do Programa. Elas têm como objetivo o acompanhamento rigoroso e contínuo das atividades realizadas pelas secretárias parceiras nos territórios acreanos para assim garantir o cumprimento das metas pactuadas com os doadores, com ênfase para o sucesso do Programa REM Acre Fase II, tendo em vista que a vigência do mesmo se encerrará em 31 de dezembro de 2026;
- Prorrogação do Acordo em Separado do Contrato de Repasse Financeiro com KFW, até dezembro de 2026;
- Implementação da plataforma do Afluyente com o objetivo de os doadores terem acesso em tempo real da gestão administrativa, financeiros, aquisição e contratos dos projetos.

Aliado a tudo que foi exposto anteriormente na parte de gerenciamento temos como meta principal de 2024 até encerramento do Programa REM:

- Garantir o valor agregado (VA) dos programas e projetos em execução. Isso mostra o quanto o escopo dos programas e projetos foram efetivamente entregues dentro do prazo determinado.

**Fórmula de cálculo:**

$VA = (\text{Resultados Atingidos ou Superados} / \text{Resultados planejados}) \times 100$

Espera-se um Valor Agregado (VA) de 60% ao longo da execução do Programa REM, desdobrado nos últimos 3 anos, atingindo 20% em cada ano (2024, 2025 e 2026). Em 2024 o VA foi de 26,5%, com uma execução financeira de R\$ 18.745.920,13 em todos os componentes do programa.

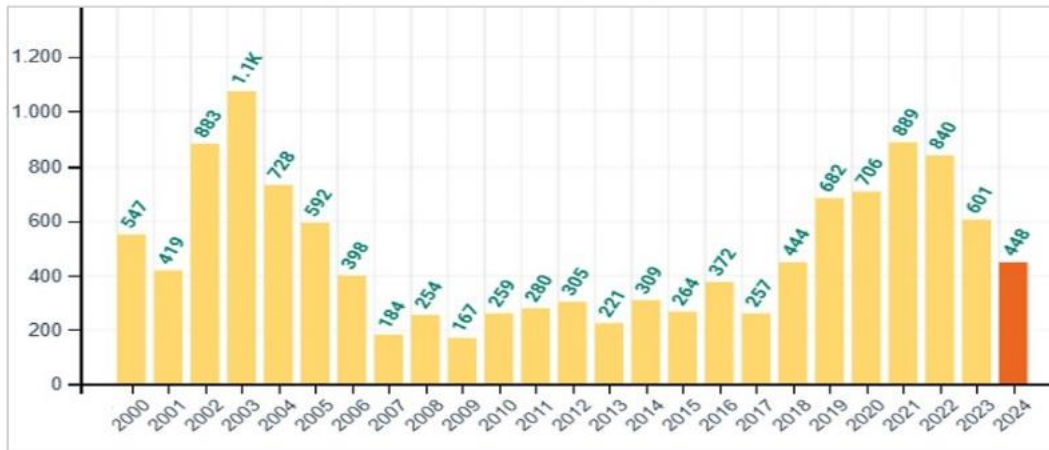
*A – Atender o nível de referência de desmatamento em 640K*

Para atender ao nível de referência de desmatamento de 640 km<sup>2</sup> no programa REM (REDD Early Movers), são seguidos algumas diretrizes e ações específicas.

As taxas anuais de desmatamento são publicadas pelo Instituto de Pesquisas Espaciais - Inpe, a partir do Projeto de Monitoramento do Desflorestamento da Amazônia

Legal por Satélite (Prodes), que registra e quantifica as áreas desmatadas a partir de 6,25 hectares de área mínima, com base em imagens de satélites Landsat ou similares. O PRODES define como desmatamento a remoção completa da cobertura florestal primária por corte raso (Inpe, 2024).

A estimativa do incremento de desmatamento no ano florestal 2023/2024 no estado do Acre totalizou \*409 km<sup>2</sup>, representando 12% de redução em comparação ao ano florestal 2022/2023 com 462,88 km<sup>2</sup> (Nota Técnica nº 17/2024/SEMA – UCGEO).



Fonte: INPE/PRODES, Plataforma TerraBrasilis (Dados atualizados em 08/11/2024)

**Figura 26** – Taxa de desmatamento no Acre de 2000 -2024 (km<sup>2</sup> por ano florestal: agosto – julho).

*B – Executar o recurso pendente do projeto da cadeia produtiva da borracha para internalização da parcela restante do programa*

- Informações sobre os avanços para a implementação do novo decreto de pagamento da subvenção Estadual da borracha no âmbito do REM Acre - Fase II:
- Oficina de Trabalho:** Foi realizada uma oficina com a participação da Coordenadora do Programa REM, Marta Azevedo, a equipe de monitoramento da UCP/REM, o representante do setor jurídico Gustavo da UCP/REM e a equipe técnica da SEAGRI. O objetivo foi desenvolver uma proposta de mecanismo para a execução financeira do subsídio da borracha, visando um pagamento mais objetivo e direto aos beneficiários extrativistas.
  - Assessoria Jurídica da UCP REM Acre Fase II: Externamente,** foi prestado assessoramento técnico-jurídico às subexecutoras, através de orientações, instruções, esclarecimentos, minutas e modelos de documentos. Esse suporte visa garantir a execução adequada dos recursos e das atividades das

subexecutoras, oferecendo maior segurança jurídica aos atos praticados conforme os objetivos do Programa. Foram realizadas reuniões técnicas e visitas às Organizações da Sociedade Civil parceiras, com atenção especial aos Termos de Colaboração firmados entre a SEAGRI e as organizações responsáveis pelo pagamento da subvenção econômica de produtos florestais (borracha e murmuru). A UCP REM Acre Fase II elaborou um novo mecanismo para o pagamento da subvenção diretamente ao produtor, resultando na proposta apresentada pela SEAGRI e na edição do Decreto Estadual nº 11.564, de 11 de outubro de 2024, que regulamenta a Lei nº 1.277/1999.

3. **Visita ao Polo de Beneficiamento da Borracha da Empresa Veja:** Em Sena Madureira, foi realizada uma reunião com o Sr. Sebastião dos Santos Pereira para discutir informações sobre a borracha. Os avanços incluem:
  - Compartilhamento da metodologia de monitoramento da Veja (pendente);
  - Planejamento de um workshop entre UCP e Veja para troca de informações e
  - Melhorias no sistema de pagamento do subsídio da borracha;
  - Disponibilidade dos dados dos beneficiários da Veja;
  - Disponibilidade dos dados de georreferenciamento dos beneficiários da Veja.
4. **Reunião com Cooperacre:** O Sr. Manoel esclareceu o processo de pagamento ao produtor da borracha:
  - O primeiro documento do processo é o ROMANEIO, com os dados do produtor e da produção, aplicando uma média de desconto da água para tara da balança;
  - O segundo documento é a NF DE COMPRA, que contém o número do romaneio;
  - O terceiro documento de controle é a PLANILHA DE CONTROLE DE ESTOQUE de cada cooperativa singular;
  - A Cooperacre possui a relação de NFs de compra emitidas;
  - Sobre o novo decreto de pagamento, o Sr. Manoel sugeriu seguir o modelo CONAB;
  - A Cooperacre pode ajudar na implementação junto às cooperativas;
  - A Cooperacre disponibilizou o montante de borracha negociado nos anos 2021,

2022 e 2023;

- Comprometeu-se a enviar dados dos produtores para cadastro quando solicitado.
5. **Reunião com SEAGRI:** A Sra. Natália combinou esforços para resolver pendências e se comprometeu a disponibilizar os dados gerais da produção de borracha no Estado. Foi estabelecido um prazo de uma semana para discutir a situação com o Secretário Tchê
  6. Assinatura de Termo Aditivo com o Banco do Brasil, para pagamento dos beneficiários da cadeia da borracha por meio de uma conta social

Vale ressaltar que é de grande importância para o Programa Rem Acre Fase II a resolução do pagamento do recurso pendente no projeto porque além da liberação da internalização da parcela restante do programa, a extração de borracha natural contribui para a preservação da floresta amazônica, pois incentiva a manutenção das árvores em pé. Contribui também para a geração de renda sustentável, pois, promove o desenvolvimento econômico sustentável ajudando a reduzir a pressão sobre a floresta para outras formas de uso da terra.



**Figura 27** – Reuniões e oficinas técnicas para elaboração da Minuta do Decreto para

Regulamentação da Lei nº 1.277/1999.



**Figura 28**– Oficina com a Secretaria de Estado de Agricultura (Seagri), sobre o Subsídio da Borracha

*C – Garantir o alcance das metas dos indicadores da matriz do marco lógico do programa*

Através do encaminhamento dos relatórios circunstanciados são quantificados os beneficiários dos três subprogramas advindo das capacitações (cursos, oficinas, palestras) e atividades realizadas pelas subexecutoras nos territórios acreanos e alimentado os setes indicadores de sucessos.



**Indicadores de Sucesso**



**Figura 29** - Valores alcançados nos sete Indicadores de Sucesso do Programa Rem Acre fase II.  
**Fonte:** <https://programarem.ac.gov.br/> acesso em 09/04/2024.

*D – Garantir a execução do programa em conformidade com os critérios de repartição de benefícios (70% em nível local e 30% no fortalecimento do SISA e mecanismo de REDD+)*

Para alcançar esta meta, os técnicos da Divisão de Planejamento e Monitoramento da UCP/REM e Divisão Administrativa e financeira, utilizando o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), analisam os processos encaminhados pelas subexecutoras, subsidiados pelo novo documento do programa, gestão de risco e salvaguardas ambientais do Programa REM Acre Fase II. Além disso, são realizadas reuniões e oficinas com as subexecutoras. Isso tudo garante que os recursos financeiros cheguem efetivamente aos territórios dos beneficiários, conforme determinado pela nota de repartição de benefícios.

Em suma, garantir que os recursos financeiros cheguem efetivamente aos territórios dos beneficiários, conforme determinado pela nota de repartição de benefício, constitui-se como o resultado principal das ações de gestão do programa.

**Quadro 6:** Valores pagos por ano em relação à repartição de benefício por subprograma

Componentes	Pago em 2024
-------------	--------------

<b>I. Atividades à Nível Local / Beneficiários (70%)</b>	<b>10.332.468,85</b>
<b>Subprograma 1:</b> Territórios Indígenas	4.606.526,11
<b>Subprograma 2:</b> Territórios da Produção Familiar Sustentável	5.725.942,74
<b>Subprograma 3:</b> Territórios da Pecuária Diversificada Sustentável	
<b>II. Fortalecimento Institucional e Políticas Públicas (30%)</b>	<b>8.413.451,28</b>
Mecanismos de REDD+	8.413.451,28
Gestão e Fortalecimento do SISA	
<b>TOTAL</b>	<b>18.745.920,13</b>

Fonte: UCP/REM, 2024.

#### *q) Estruturação do programa de Parcerias Públicas-privadas do Estado*

A estruturação do programa de Parcerias Público-Privadas (PPPs) no âmbito estadual envolve várias etapas fundamentais, como: diagnóstico inicial, criação de um marco legal, formação de uma estrutura organizacional, desenvolvimento de um banco de projetos, capacitação e formação, modelo de governança, transparência e comunicação, execução e acompanhamento dos projetos, feedback e melhoria contínua.

A estruturação de um programa sólido de PPPs pode atrair fontes de financiamento diversas, tanto nacionais quanto internacionais, incluindo instituições financeiras e fundos de investimento, que buscam segurança em projetos com regras claras e bem-organizadas.

No decorrer do mês de outubro/2024, a equipe do DEPPP iniciou as pesquisas para emissão do Termo de Referência para contratação de consultor individual para estruturação do programa de PPP, com apoio do plano de ação do PROGESTÃO ACRE.

Ainda em 2024 iniciou-se as tratativas com os estados do Piauí e Minas Gerais, com contato por videoconferência, sinalizando a intenção de realizar visitas de campo para trocas de experiências e aprendizados. O intercâmbio tem previsão de ocorrer no ano 2025, quando o departamento estiver com o processo de estruturação encaminhado.

No último trimestre do ano de 2024, o Departamento realizou reunião por videoconferência com a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento

(SPPI/PR) e reunião presencial na sede da DIRCAM/SEPLAN com consultor especialista em PPP.

**4.1.5. Ações vinculadas ao projeto/atividade *Melhoria, modernização e inovação dos serviços da SEPLAN - Código reduzido 1164.0000***

**Quadro 7 - Entregas previstas no PPA x realizadas em 2024**

<b>Entrega</b>	<b>Indicador</b>	<b>Previsto</b>	<b>Realizado</b>
Implantar Sistema Integrado de Planejamento	Percentual de implantação de Sistema	25%	5%

*a) Implantar Sistema Integrado de Planejamento*

A assinatura do Acordo de Empréstimo BIRD nº 9183-BR ocorreu em 15 de maio de 2024. Assim, a implementação do projeto ainda está em sua fase inicial, com esforços concentrados na preparação dos termos de referência e no início dos processos licitatórios.

Especificamente nesse projeto realizou-se as discussões iniciais com pessoas chaves da SEPLAN sobre o escopo do sistema. Em 2025 o projeto será continuado com a previsão da entrega da etapa do mapeamento dos processos inerentes ao referido sistema.

Para além da entrega prevista no PPA 2024, nesse projeto atividade foram realizadas ações de modernização, as quais destacamos:

*b) Serviços de sustentação das soluções e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)*

Aqui foram realizadas diversas ações para garantir a execução das ações, conforme descrição abaixo:

- **Sistemas Novos e Homologados:** Afluentes (REM), Consulta Popular e Espelho de emenda (módulo do novo SIGCONVENIOS)
- **Sistemas em Manutenção:** Convênios Estaduais e Federais e PPA e Governança
- **Sistemas Novos em Desenvolvimento:** Transferências Especiais, PPA Novo
- **Sistemas em Transferências:** REM ACRE FASE II e PPA NOVO

*i. Sigconvênios*

O SIGCONVENIOS é um sistema de gerenciamento voltado para a administração de convênios estaduais e federais. Ele facilita o controle e monitoramento de convênios, oferecendo funcionalidades que permite visualizar os detalhes das emendas, e dashboards financeiros, que fornecem uma visão clara e detalhada da situação financeira dos convênios em tempo real. Além de ter o módulo de espelho de emenda para gerenciar os espelhos de emendas dos deputados estaduais.

Além disso, o sistema apresenta indicativos de status de execução, permitindo acompanhar o andamento das atividades vinculadas a cada convênio, desde a formalização até a execução final. O SIGCONVENIOS também oferece recursos para o cadastro de convênios, propostas e transferências especiais, otimizando o processo de gestão e garantindo maior transparência e eficiência na administração de recursos.

Com essas funcionalidades, o SIGCONVENIOS contribui para uma gestão mais organizada, ágil e eficiente dos convênios, facilitando a tomada de decisões e o cumprimento das obrigações legais e financeiras.

**1. SISTEMAS DE GERENCIAMENTO DE CONVÊNIOS**

1.1 Convênios Estaduais

1.2 Convênios Federais

1.3 Módulo de Espelho de Emenda (Módulo Novo)

1.4 Domínio de Acesso: <https://servicos.ac.gov.br/convenios/login>

1.4.1 Acesso com usuário LDAP e rede interna governamental.

1.5 Manutenção do Sistema.



**Figura 30** - Print da tela principal do SIGCONVENIOS.

ii. *Módulo Espelho de emenda parlamentar*

O SIGCONVENIOS é um sistema de gerenciamento voltado para a administração de convênios estaduais e federais. Ele facilita o controle e monitoramento

de convênios, oferecendo funcionalidades que permite visualizar os detalhes das emendas, e dashboards financeiros, que fornecem uma visão clara e detalhada da situação financeira dos convênios em tempo real. Além de ter o módulo de espelho de emenda para gerenciar os espelhos de emendas dos deputados estaduais.

Além disso, o sistema apresenta indicativos de status de execução, permitindo acompanhar o andamento das atividades vinculadas a cada convênio, desde a formalização até a execução final. O SIGCONVENIOS também oferece recursos para o cadastro de convênios, propostas e transferências especiais, otimizando o processo de gestão e garantindo maior transparência e eficiência na administração de recursos.

Com essas funcionalidades, o SIGCONVENIOS contribui para uma gestão mais organizada, ágil e eficiente dos convênios, facilitando a tomada de decisões e o cumprimento das obrigações legais e financeiras.

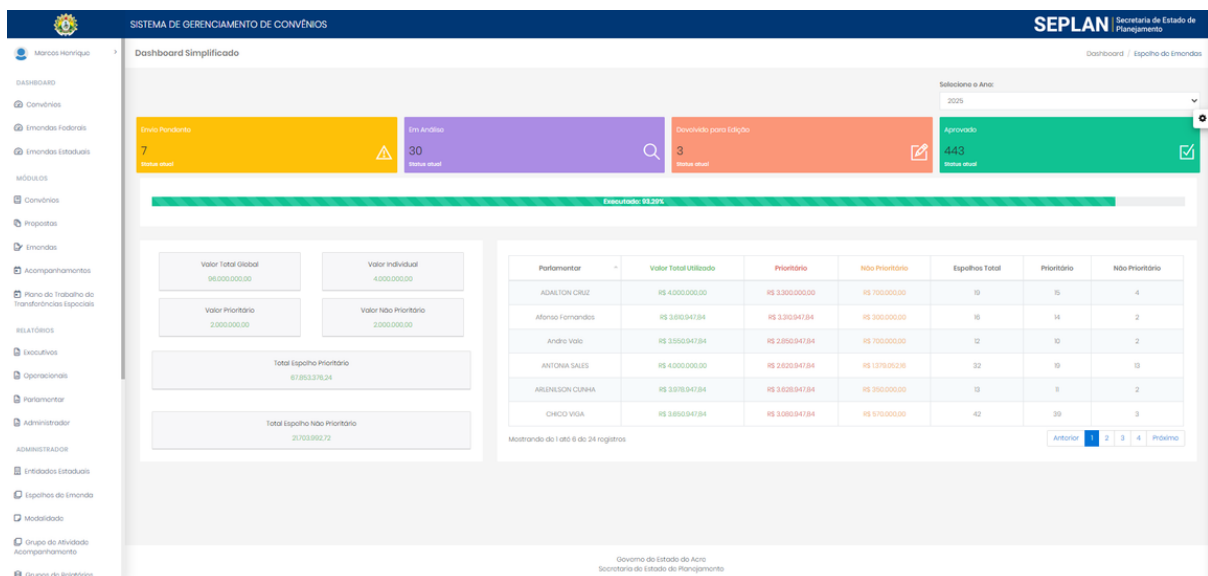
## 1. ESPELHO DE EMENDA

### 1.1 Convênios Estaduais.

### 1.2 Dentro do Sistema de Convênios.

### 1.3 Domínio de Acesso: <https://servicos.ac.gov.br/convencios/login>

#### 1.3.1 Acesso com usuário LDAP e rede interna governamental.



**Figura 31** -Print do Dashboard do Espelho de Emenda.

### iii. Monitoramento e Governança/ PPA

O sistema PPA e plano de governo permite uma gestão transparente ao apresentar de forma clara e acessível as ações do governo para a população. Por meio da internet, o público tem acesso às informações sobre as iniciativas do governo, acompanhando as metas, os projetos em andamento e os resultados obtidos, promovendo maior controle social e participação cidadã. Dessa forma, o sistema contribui para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com as necessidades e expectativas da sociedade.

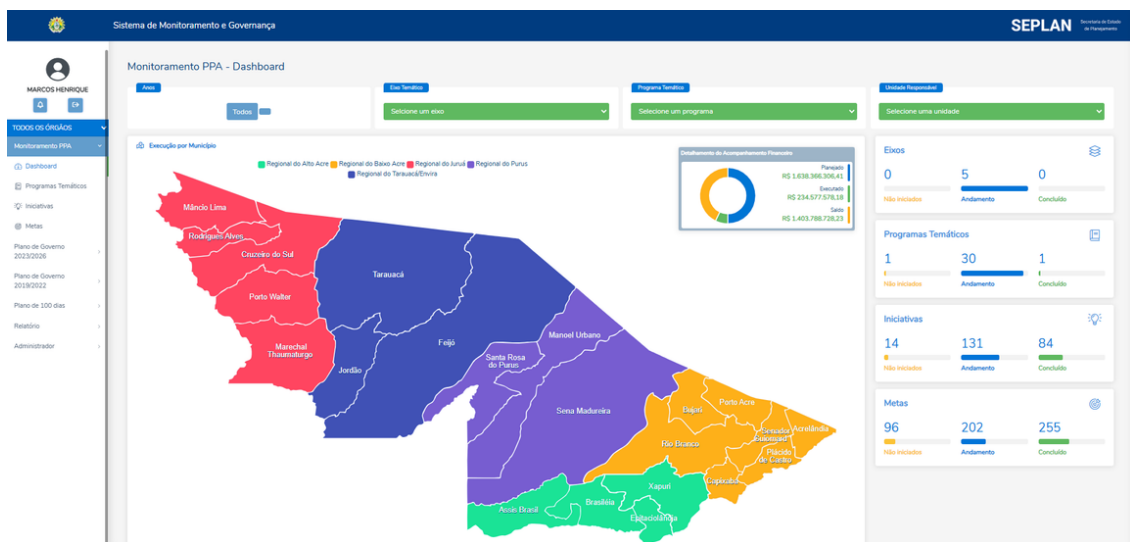
## 1. PPA E PLANO DE GOVERNO

### 1.1 Monitoramento PPA

#### 1.2 Domínio de Acesso: <https://sistemas.seplan.ac.gov.br/afuentes/>

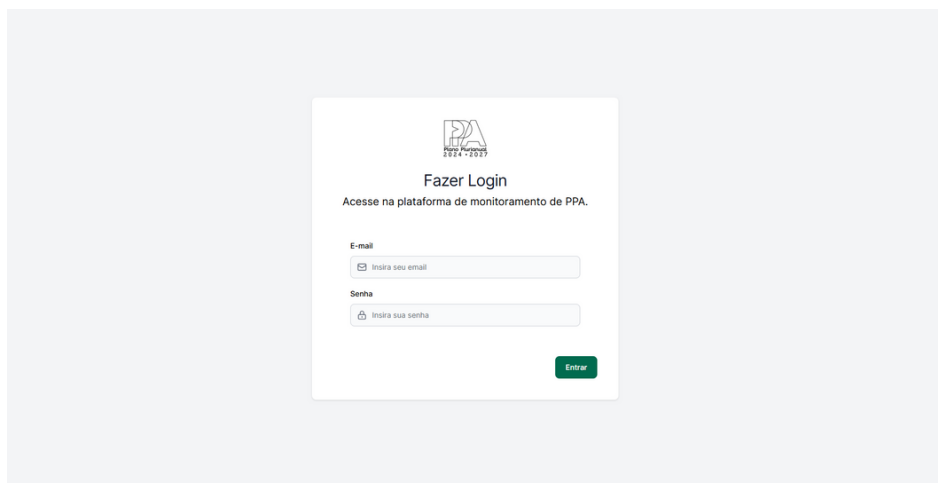
##### 1.2.1 Acesso com usuário LDAP e rede interna governamental.

**PPA e Plano de governo: domínio de Acesso:**  
<https://servicos.ac.gov.br/monitoramento-ppa/>



**Figura 32** - Print da tela principal do PPA.

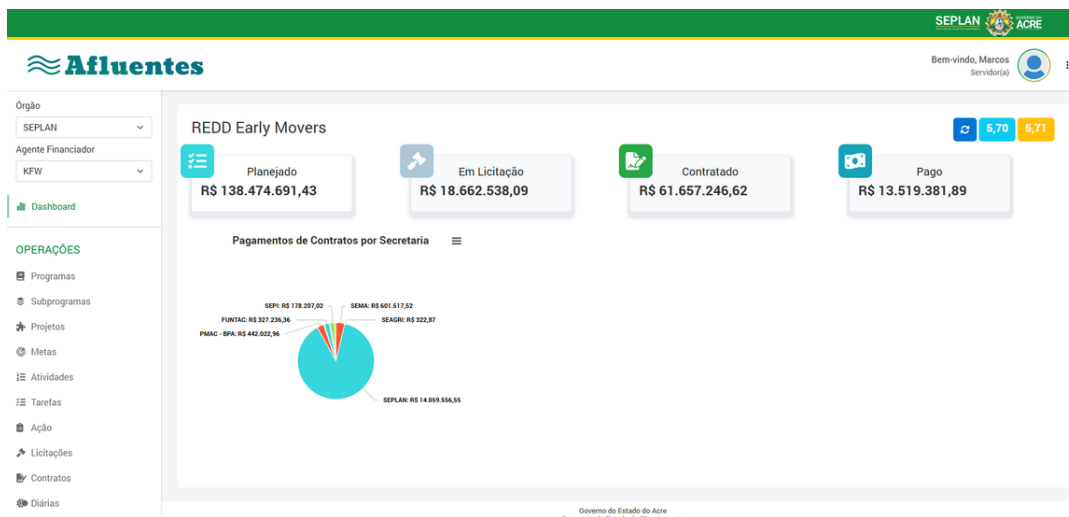
## PPA NOVO



**Figura 33** - PPA Novo, área de Login.

iv. *Afluentes*

O **AFLUENTES** é um sistema de gestão voltado para o controle e administração de **Operações de Crédito**. Ele permite a criação e o gerenciamento de operações de crédito por meio de **programas, projetos, metas, ações, licitações, contratos e diárias**. O sistema organiza e monitora o processo de contratação e execução de empréstimos e financiamentos, proporcionando uma visão detalhada das fases de cada operação.



**Figura 34** - Print da tela principal do AFLUENTES.

v. *Consulta Popular*

O *Consulta Popular* é um importante instrumento de participação cidadã que visa aproximar a população da gestão pública, permitindo que os cidadãos influenciem diretamente nas decisões sobre o orçamento do Estado. Foi utilizado durante a construção da LOA 2025.

## CONSULTA POPULAR

1.1 Domínio de Acesso: <https://seplan.ac.gov.br/consulta-popular/>

1.1.1 Acesso com usuário externo.

Figura 35 - Print da tela principal do CONSULTA POPULAR.

### vi. *Transferências Especiais*

**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO**  
 AV. GETULIO VARGAS, 232, PALÁCIO DAS SECRETARIAS,  
 4º ANDAR - Bairro CENTRO, Rio Branco/AC, CEP 69900-060

O Sistema de **Transferências Especiais** é uma ferramenta destinada à informatização e à operacionalização das transferências de recursos oriundos das emendas parlamentares individuais federais, na modalidade de transferência especial, com o objetivo de viabilizar a execução de projetos e ações específicas no âmbito do governo estadual. Esse sistema envolve um plano de trabalho detalhado, no qual são estabelecidas as metas a serem alcançadas e as etapas dos projetos a serem desenvolvidos. Além disso, o sistema regula os dados orçamentários e financeiros entre os órgãos de controle e órgãos setoriais, garantindo o repasse de recursos de forma transparente e eficiente. Ao integrar esses elementos, o Sistema de Transferências Especiais assegura que os recursos públicos sejam aplicados de acordo com as normas legais e prioridades do estado, com a devida fiscalização e acompanhamento dos processos.

## 1. SATESF

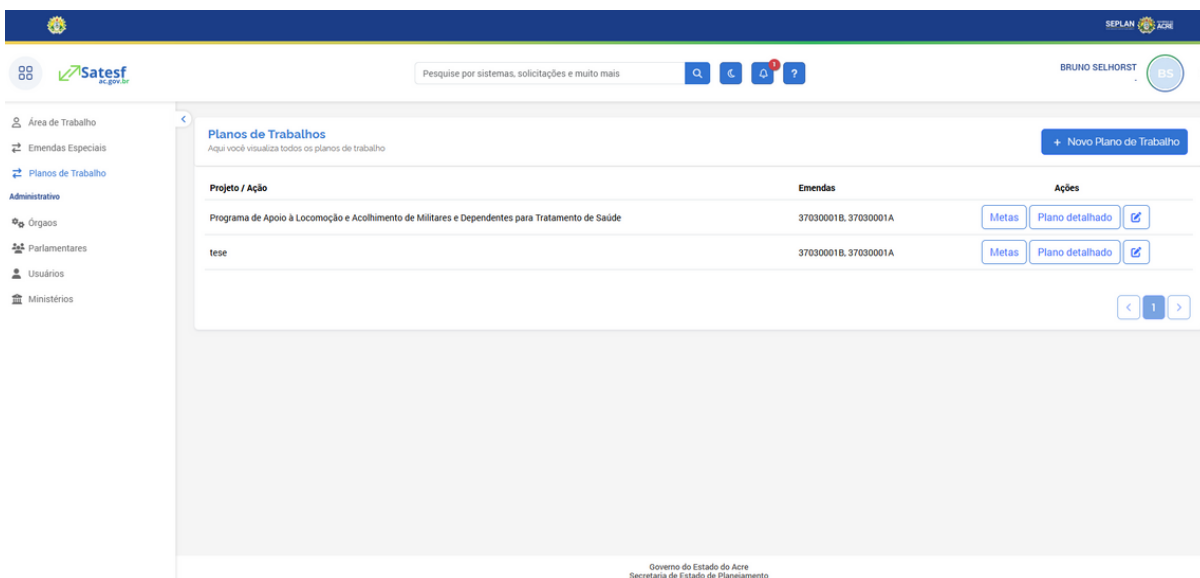
1.1 Sistema em andamento

1.2 Sistema sendo refatorado a partir de Fevereiro/2025

1.3 Domínio de Acesso: <https://dev.seplan.ac.gov.br/satesf>

1.3.1 Acesso com usuário LDAP e rede interna governamental

1.3.2 Domínio de desenvolvimento.



**Figura 36** - Print da tela principal do TRANSFERENCIA ESPECIAL em modo de desenvolvimento.

### vii. Programa REM ACRE fase II

#### 1. REM ACRE FASE II

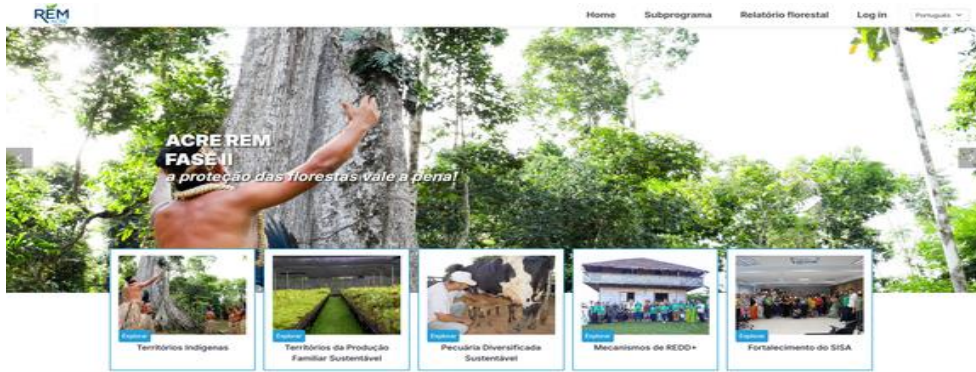
1.1 Sistema em processo de transferência para base de dados da SEPLAN.

**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO**  
 AV. GETULIO VARGAS, 232, PALÁCIO DAS SECRETARIAS,  
 4º ANDAR - Bairro CENTRO, Rio Branco/AC, CEP 69900-060

1.2 Sistema transferido no mês de março para base SEPLAN.

1.3 Domínio de Acesso: <http://remacre.ac.gov.br>

1.3.1 Acesso com usuário cadastrado no sistema.



**Programa REM Acre**

O Programa REDD+ for Early Movers (REM), operando atualmente na América Latina, consiste na remuneração sobre resultados (ex-post) de reduções de emissões de gases de efeito estufa oriundas do desmatamento para países e jurisdições pioneiras na proteção florestal e mitigação de mudanças climáticas.

No Acre, este Programa visa apoiar a implementação do Programa ISA Carbono do REDD+ Jurisdicional, do Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais (SISA), para redução significativa de emissões oriundas do desmatamento e da degradação florestal apoiando assim, o alcance das metas de redução de emissões da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil perante o Acordo de Paris. Busca-se, dessa maneira, a consolidação do Programa ISA Carbono e o SISA, em complementaridade com a Estratégia Nacional de REDD+ (EN-REDD+), como mecanismo inovador de financiamento de serviços ambientais. Os critérios para atingir estes objetivos, os principais resultados esperados do Programa e as atividades para atingi-los, assim como pressupostos e riscos associados, estão definidos no Marco Lógico.

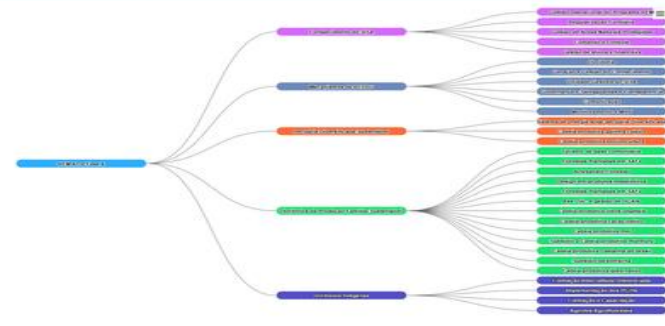
O Programa REM Acre vem sendo implementado há 10 anos, tendo a Fase I, sido contratada em 2013 e implementada no período de 2013 a 2017 e a Fase II, estimado no período de 2018 a 2022, entrando em vigor a partir da finalização da Fase I em 2022. A contribuição financeira do Governo Brasileiro e do Governo do Reino Unido é desembolsada mediante resultados de REDD+ de reduções de emissões (RE) verificadas, oriundas do desmatamento no estado do Acre. A Fase II do Programa REM foi definida com um compromisso de contribuição financeira potencial de 100 milhões de reais (em números atuais e sujeitos a variação cambial do Governo Brasileiro e do Reino Unido, condicionado a resultados verificados. Oito 100 milhões de reais, o governo do Acre recebeu R\$ 81.424.000,00 em junho de 2022, referente ao desempenho atingido durante a Fase II. O Estado executo 53% desses recursos, restando dois anos para conclusão dos contratos (2021, em 2018, 5,8% em 2019, 6% em 2020, 10,2% em 2021, e até junho de 2022, 9%).

A Fase II do Programa REM foi reestruturada, revista e atualizada de acordo com as circunstâncias atuais do Estado, os novos desafios para sua implementação e as recomendações da Avaliação do Meio Termo, mantendo a conformidade do acordo em vigor. Sua reestruturação foi iniciada em abril de 2022, com o revisto dos subprogramas, projetos, atividades, resultados, objetivos, metas e indicadores, bem como administração financeira do Programa por meio da UCP-SEPLAG. Esta revisão teve como resultado a aprovação da Nota Técnica de Reestruturação de Benefícios (NT-REB) que passou a ser denominada "Novo Programa REM Acre Fase II", que normatiza a forma de implementação do Programa através de seus subprogramas, projetos e atividades associadas às metas, resultados e impactos esperados do Programa. Em 2018, primeiro ano da Fase II, o desmatamento cresceu, atingindo 444 km<sup>2</sup>. A linha base de referência para cálculo de pagamento caiu para 330 km<sup>2</sup> por ano, levando em consideração os bons resultados Fase I entre 2013 e 2019 e o contexto das metas nacionais à época como referência. Ao longo de cinco anos de execução a distribuição dos recursos, considerando a relação estoque / Fluxo, continua a mesma, sendo 70% para os beneficiários finais 30% para políticas públicas de fortalecimento e consolidação do SISA e mecanismo de REDD+.

**Indicadores do Programa REM Acre Fase II**



**Estrutura do Programa REM Acre Fase II**



**Figura 37** - Print do REM ACRE FASE II.

### *c) Ampliação do parque tecnológico*

O parque tecnológico da SEPLAN apresentava limitações que impactavam diretamente na performance dos colaboradores e a execução das atividades diárias. Assim, foram adquiridos 20 computadores e 10 notebooks os quais possibilitaram a modernização e a ampliação do parque tecnológico, gerando diversos benefícios, como:

- Aumento da produtividade: Com equipamentos modernos reduziu o tempo de execução das tarefas e melhorou a experiência do usuário;
- Maior segurança: Com os dispositivos atualizados houve uma proteção contra ameaças cibernéticas;
- Redução de custos com manutenção: Com a substituição de equipamentos antigos diminuiu a necessidade de reparos frequentes;
- Melhoria na comunicação e integração: Periféricos atualizados, como monitores de alta resolução e dispositivos de conectividade modernos, favoreceram a colaboração entre os setores.
- Sustentabilidade: Os equipamentos novos consomem menos energia e possuem maior eficiência energética, reduzindo impactos ambientais.

### *d) Estruturação do Sistema de Videoconferência*

A crescente demanda por reuniões remotas exigiu uma infraestrutura robusta para videoconferências para a SEPLAN.

A ampliação do parque tecnológico inclui:

- Câmeras e microfones de alta qualidade: Melhorou a experiência de comunicação e reduzindo ruídos indesejados;
- Monitores e telas interativas: Facilitou a colaboração entre os setores.
- Softwares de videoconferência otimizados: Garantiu compatibilidade e segurança nas reuniões virtuais.

Com essas melhorias, a SEPLAN garantiu uma maior eficiência na comunicação interna e externa, reduzindo os deslocamentos desnecessários.

## 4.2 PROGRAMA 1464 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

O Programa Desenvolvimento Regional Sustentável possui como objetivo reduzir as desigualdades socioeconômicas no Acre, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento sustentável que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população. Está organizado em um objetivo específico, conforme relatado a seguir.

### 4.2.1. Ações vinculadas ao projeto/atividade – Promoção da Política Estadual de Desenvolvimento Regional Sustentável – Código reduzido 1163.0000

**Quadro 8** - Entregas previstas no PPA x realizadas em 2024.

Entrega	Indicador	Previsto	Realizado
Implantar o Plano de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável e Estado do Acre (Agenda Acre 10 Anos)	% do plano implantado	30%	25%
Elaborar Plano Estadual de Desenvolvimento Regional Sustentável - PEDRS	Percentual de elaboração do plano	40%	0
Criar Índice de Desenvolvimento Regional do Acre - IDR	Número de índice de desenvolvimento regional criado	1	0
Realizar Fórum Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional congregando o estado, as prefeituras e suas equipes de planejamento com vistas à integração e pactuação de ações de planejamento e desenvolvimento regional.	Número de Fóruns realizados	1	0
Celebrar instrumentos de cooperação estabelecidos com os municípios acreanos para a diminuição de desigualdades regionais e o aumento da governança municipal.	Número de instrumentos de cooperação celebrados	22	0
Elaborar Pesquisas e Estudos Estratégicos de Custos e Volume de Negócios do Comércio Estadual	Número de estudos elaborados	27	16
Elaborar Mapa de Potencialidades do Estado do Acre	Número de Mapa de Potencialidades do Estado do Acre elaborado	1	1

*a) Implantar o Plano de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável e Estado do Acre (Agenda Acre 10 Anos)*

A Agenda Acre 10 Anos é um Plano de Desenvolvimento de longo prazo, disponibilizado por meio de um documento técnico, que contém as diretrizes, objetivos e mapa estratégicos, visão de futuro, com indicadores e metas por área de resultado. Após sua elaboração pela DIRPLA, coube à DIRDR realizar o processo de implantação, monitoramento e avaliação do Plano.

Hoje, a Agenda Acre 10 Anos é a base conceitual e de referência para os demais planos setoriais de governo. Neste sentido, os programas, planos ou projetos de governo, em execução ou em elaboração, devem seguir as diretrizes contidas na Agenda relacionadas à sua área de atuação.

Dessa forma, a partir da Agenda já foram elaborados o Planejamento Estratégico de Governo (2023-2026), Planejamentos Estratégicos de órgãos estaduais e o Plano Plurianual 2024-2027. Além disso, foi iniciando um processo de publicização da Agenda através do seu envio oficial para instituições estratégicas e de apresentações institucionais em diversos órgãos públicos.

Em 2024, foi realizado o monitoramento dos indicadores estratégicos da Agenda, cuja avaliação utilizando metodologia específica está prevista para ser implantada e execução no primeiro semestre de 2025.

*b) Elaborar Pesquisas e Estudos Estratégicos de Custos e Volume de Negócios do Comércio Estadual*

As Pesquisas e Estudos Estratégicos de Custos e Volume de Negócios do Comércio Estadual são um conjunto de pesquisas para a coleta e avaliação de dados primários sobre o custo das cestas básicas (alimentar, higiene pessoal e limpeza doméstica), da cesta natalina e de material escolar em Rio Branco, além do volume de negócios da Expoacre em Rio Branco e apoio para análise do volume de negócios da Expojuruá. Em 2024, foram realizadas 16 pesquisas. Não conseguimos cumprir a meta estabelecida de 27 devido a não realização dos levantamentos em da cesta básica em Cruzeiro do Sul.

Tais pesquisas são realizadas por meio de coleta e sistematização de dados e elaboração de relatórios técnicos, boletins para a Pesquisa da Cesta Básica, da cesta natalina e de material escolar em Rio Branco, além do volume de negócios da Expoacre em Rio Branco e apoio para análise do volume de negócios da Expojuruá.

Como resultados dessa ação podemos citar:

- Disseminação de dados e informações relacionados ao custo de vida em Rio Branco;
- Disseminação de dados e informações relacionados ao volume de negócios da Expoacre a Expojuruá.



**Figura 38** – Pesquisa cesta básica. Disponível em: <https://seplan.ac.gov.br/cestabasica/>

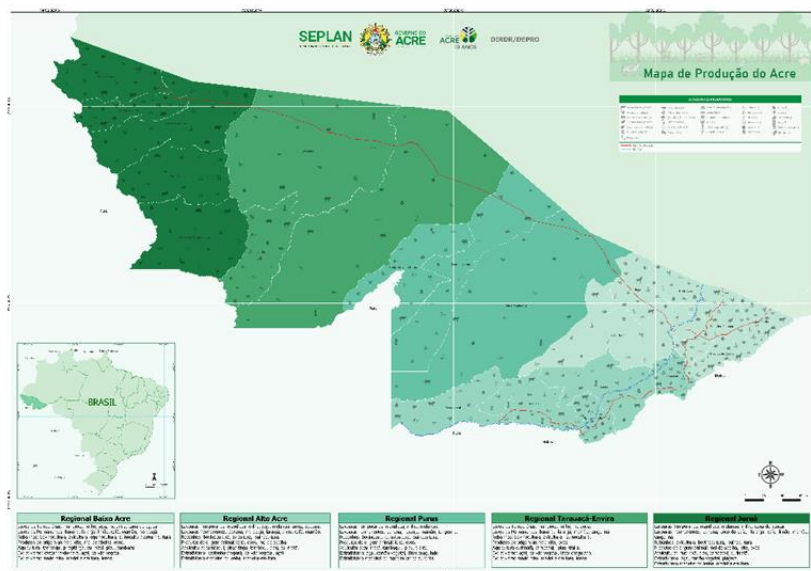
### c) Elaborar Mapa de Potencialidades Acreanas

O Mapa de Potencialidades é ferramenta digital para a compilação, mapeamento e análise das potencialidades econômicas do estado do Acre, utilizando indicadores e base de dados georreferenciados.

A Estratégia de execução consiste na compilação de dados socioeconômicos, organizados em banco de dados georreferenciado e na Elaboração de sistemas de painéis e mapas no nível estadual, municipal e regional de potencialidades econômicas.

Essa ferramenta beneficia gestores e técnicos dos poderes executivos, legislativo e judiciário no âmbito federal, estadual e municipal, pesquisadores, estudantes e professores e população em geral.

Na primeira etapa do projeto, foi produzido um Mapa de Produção do Acre, referente às pesquisas do IBGE relacionadas ao setor produtivo. Este mapa será disponibilizado numa sessão específica da webpage da SEPLAN, também em formato de tabelas e plataforma BI. A segunda etapa, em andamento, a SEPLAN está articulando com a Embrapa Acre e o Governo do Piauí, com o auxílio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a definição de uma metodologia de potencialidade específica para o estado do Acre.



**Figura 39** - Mapa de Potencialidades do Estado do Acre.

### Entregas previstas, não realizadas:

- Elaborar Plano Estadual de Desenvolvimento Regional Sustentável - PEDRS
- Criar Índice de Desenvolvimento Regional do Acre - IDR
- Realizar Fórum Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional congregando o estado, as prefeituras e suas equipes de planejamento com vistas à integração e pactuação de ações de planejamento e desenvolvimento regional.

- Celebrar instrumentos de cooperação estabelecidos com os municípios acreanos para a diminuição de desigualdades regionais e o aumento da governança municipal.

### **Justificativa da não execução**

No início de 2023, durante a primeira reforma administrativa realizada pela gestão do governador Gladson Cameli, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, foi desmembrada em duas secretarias: a Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN e a Secretaria de Estado de Administração – SEAD. Durante a estruturação inicial da SEPLAN, foi criado o Departamento de Desenvolvimento Regional – DEPDR, que fazia parte da Diretoria de Planejamento Estratégico e Governança - DIRPLA. A criação do DEPDR visava dar maior foco e institucionalizar o tema de Desenvolvimento Regional na SEPLAN. Em fevereiro de 2023, após uma nova reforma administrativa, o Departamento de Desenvolvimento Regional foi removido da estrutura organizacional da DIRPLA e transformado em Diretoria de Desenvolvimento Regional – DIRDR. Além disso, o Departamento de Estudos, Pesquisas e Indicadores – DEEPI, que também fazia parte da DIRPLA, passou a integrar a DIRDR.

Em 2023 a equipe da DIRDR se dedicou a elaborar a estrutura da diretoria, incluindo seus departamentos, divisões e núcleos, com suas respectivas atribuições, programas e projetos. Essa tarefa foi complexa devido à novidade do tema de desenvolvimento regional nas atribuições da SEPLAN e à pouca experiência da equipe no assunto. Além disso, a equipe teve que dedicar parte do tempo em colaboração à DIRPLA nas atividades de elaboração do PPA 2024-2027.

Em 2024, o orçamento, estimado em 2023 durante a estruturação da DIRDR, não refletiu a capacidade de execução da equipe, que também foi impactada pelo surgimento de demandas não previstas, como a elaboração do Plano Emergencial de Enfrentamento às Enchentes. Além disso, a DIRDR assumiu a coordenação de três grandes projetos: o PROAMP/BID, o PROCAPE/FOCEM e o Fundo Amazônia/BNDES, que demandou o replanejamento das demais ações da diretoria e a redistribuição de servidores da diretoria para a condução desses projetos. Ademais, também contribuíram para a baixa execução orçamentária a inexperiência da equipe da DIRDR em executar a nova lei de licitações (sanada através de capacitação específica realizada pela DIRAF em junho de 2024), bem

como alterações significativas no escopo de alguns projetos, que exigiram mudança na modalidade de contratações previstas.

As entregas não realizadas estão com sua execução programada para 2025.

Além das entregas acima descritas foram realizadas ainda:

**a) *Elaboração do Catálogo da Política Estadual de Desenvolvimento Regional***

O Catálogo constitui-se em uma plataforma digital contendo o conjunto de leis, decretos e outros instrumentos legais atualizados, normatizados e organizados em formato digital (webpage), com vistas a promover a integração e alinhamento entre as políticas, planos, programas, projetos e demais instrumentos de planejamento e execução da Política Estadual de Desenvolvimento Regional Sustentável (PEDRS) com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). A webpage do catálogo foi finalizada e o projeto está na fase final de implantação, com a revisão e a compilação da evolução e desdobramento das normativas que compõem cada eixo temático.

Com o catálogo espera-se:

- Organização e disseminação do conjunto de políticas públicas estaduais;
- Acesso facilitado e rápido ao arcabouço legal que compõe o desenvolvimento regional acreano;
- Avaliação de políticas públicas, bem como verificação de atualização e ajustes nos principais instrumentos legais de desenvolvimento do Acre.



**Figura 40** – Catálogo de políticas públicas

*b) Atualização e disponibilização dos dados referentes à publicação Acre em Números com os principais indicadores do estado no formato web.*

Criação de ferramenta digital de divulgação dos principais dados e indicadores do estado do Acre, organizados em oito eixos temáticos e 114 tabelas disponibilizados através de webpage específica para a publicação. É importante ressaltar que esta ação era a única que constava no PPA 2020-2023 sob a responsabilidade da recém-criada Diretoria de Desenvolvimento Regional (no período ligada como Departamento da Diretoria de Planejamento e Orçamento Público – DIRPLA).

Estratégia/metodologia de execução:

- São realizadas pesquisas, coletas, sistematização e revisão de dados e indicadores através de sites oficiais, bem como dados dos órgãos públicos e privados do Estado (IBGE, RAIS, CAGED, DATASUS, INEP, PNUD, IPEA, FGV, SECEX, Fórum de Segurança Pública, entre outras.);
- Com os dados em mãos, os indicadores do Acre em Números são atualizados na webpage da SEPLAN, não diferenciando da maneira como era realizado nas versões impressas das gestões anteriores.

*c) Acordo de cooperação com o TCE*

Em 2024, a DIRDR deu continuidade as atividades de construção do Painel de Indicadores de Meio Ambiente do Acre, liderado pelo TCE. Participando do Grupo de Trabalho dedicado ao tema a DIRDR colaborou na coleta e organização do seu banco de dados, assim como na revisão e finalização da webpage do Painel, para o seu efetivo lançamento em setembro de 2024.

## Dia da Amazônia: TCE-AC lança Painel de Indicadores Ambientais e premia vencedores de concurso literário

por Assessoria – 05/09/2024 - 16:52



Foto: Assessoria

**Figura 41** - Dia da Amazônia: TCE-AC lança Painel de Indicadores Ambientais e premia vencedores de concurso literário - Jornal A Gazeta do Acre.

### *d) Plano de Enfrentamento as Enchentes*

Em 2023 e 2024, o rio Acre atingiu níveis históricos, levando à destruição de lares, perda de plantações e interrupção de serviços essenciais. Dessa forma, a SEPLAN articulou com diversos parceiros a elaboração de um Plano Emergencial de Enfrentamento às Enchentes, um instrumento de planejamento que prevê ações imediatas, com detalhamento orçamentário, em situações de fenômenos climáticos extremos, como chuvas intensas, abrangendo também ações preventivas nas áreas urbanas, rurais e em Terras Indígenas



**Figura 42** – Plano de Emergencial de Enfrentamento às Enchentes.

Foto: Pedro Devani/Secom

*e) Monitoramento dos rankings de competitividade*

Em 2024, a DIRDR continuou a monitorar a performance do Acre no Ranking de Competitividade dos Estados (RCE), produzido pelo Centro de Liderança Pública (CLP). Para isso, foi elaborado relatório de acompanhamento da situação do estado nos 10 pilares e 99 indicadores que compõem o RCE.

**Acre sobe duas posições no Ranking de Competitividade dos Estados**

Aldeir Oliveira 26 ago 2024 11:34

O Estado do Acre subiu duas posições no Ranking de Competitividade dos Estados 2024 (RCE), atingindo a 25ª posição na nova edição do estudo. A nova análise foi divulgada na última quarta-feira, 21, em evento realizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), em Brasília, no Distrito Federal.



Imagem: Divulgação CLP

**Figura 43** – Ranking de Competitividade dos Estados 2024.

**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO**  
AV. GETULIO VARGAS, 232, PALÁCIO DAS SECRETARIAS,  
4º ANDAR - Bairro CENTRO, Rio Branco/AC, CEP 69900-060

Fonte: <https://agencia.ac.gov.br/acre-sobe-duas-posicoes-no-ranking-de-competitividade-dos-estados>.

#### f) **Desmatamento Ilegal Zero (Fundo Amazônia/BNDES)**

Após a assinatura do contrato em abril de 2024 entre o Governo do Estado e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o projeto teve sua primeira liberação financeira em julho do mesmo, no montante de R\$ 21.410.888,00, de um total de R\$ 97.814.173,00, que possibilitou que o governo desse início aos procedimentos administrativos para a contratação de serviços e aquisição de equipamentos e insumos necessários à execução do projeto.

Dessa forma, em maio 2024 foi criado o Sistema de Gestão e Coordenação - SGC, constituído pelo Comitê Gestor do Projeto - CGP e pelo Grupo Operacional Transitório - GOT, ambos sob a coordenação da SEPLAN. Assim, o GOT passou a coordenar os processos de aquisição, monitoramento e avaliação do projeto, possibilitando que as subexecutoras dessem início aos processos licitatórios relacionados ao desenvolvimento do projeto.

### **Rumo ao Desmatamento Ilegal Zero: recursos do Fundo Amazônia para combater desmatamento e queimadas seguem em execução prioritária pelo governo do Acre**

👤 Elynalia Lima 📅 20 set 2024 ⌚ 07:29

Após a retomada do programa Fundo Amazônia pelo governo brasileiro, em 2023, o Acre se destacou e foi o primeiro estado a ter um projeto aprovado para coibir práticas ilegais de desmatamento, a partir da união de estratégias das áreas de comando e controle, gestão territorial e ambiental e produção sustentável.



Governo do Acre foi o primeiro estado a apresentar projeto ao Fundo Amazônia, após sua reativação. Foto: Arquivo Secom

**Figura 44** – Matéria sobre Desmatamento Ilegal Zero.

Fonte: [Rumo ao Desmatamento Ilegal Zero: recursos do Fundo Amazônia para combater desmatamento e queimadas seguem em execução prioritária pelo governo do Acre.](#)

#### *g) Programa Acre Mais Produtivo - PROAMP (BID)*

O PROAMP é uma operação de crédito de R\$ 220 milhões, aprovada junto ao BID no final de 2023, com o objetivo de aumentar a renda e reduzir a pobreza rural de 40 mil famílias, incluindo produtores rurais, agroextrativistas, ribeirinhos e indígenas, por meio do desenvolvimento sustentável da produção florestal, agroflorestal e agropecuária, com redução do desmatamento e adaptação às mudanças climáticas.

Em 2024, foram realizadas duas missões do BID em Rio Branco para dar início à construção do Perfil de Projeto a ser apreciado pelo BID e Governo Federal. Nelas, as equipes das secretarias envolvidas apresentaram as propostas detalhadas de intervenção, bem como o BID apresentou as normas do banco, fluxo de procedimentos e condicionantes para a continuidade das atividades necessárias para a elaboração do Perfil de Projeto.

### **Seplan recebe missão de identificação do Programa Acre Mais Produtivo**

Mariã Thaumaturgo 26 abr 2024 15:14

O governo do Acre, por meio da Secretaria de Planejamento (Seplan), recebeu, ao longo desta semana, a equipe técnica do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e das secretarias de Estado de Agricultura (Seagri) e de Meio Ambiente (Sema), além do Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), do Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac) e da Fundação de Tecnologia do Acre (Funtac), em uma missão de identificação do Programa Acre Mais Produtivo (Proamp). A reunião teve como objetivo apresentar aspectos e exigências técnicas e administrativas para a operação de crédito de aproximadamente R\$ 350 milhões, autorizada pela Comissão de Financiamento Externo (Cofix) no fim de 2023.

O Proamp tem como principal meta consolidar um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico, pautado na promoção da agroprodução sustentável, visando ao crescimento equitativo e à preservação do meio ambiente.

**Figura 45** – Matéria sobre Programa Acre Mais Produtivo.

Fonte: [Seplan recebe missão de identificação do Programa Acre Mais Produtivo](#)

#### *h) Programa de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas para Geração de Emprego no Estado do Acre - PROCAPE (FOCEM)*

O PROCAP, operação com recursos não-reembolsáveis de mais de R\$ 90 milhões, aprovada junto ao Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul (Focem), tem como objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável, o aumento do emprego, trabalho e renda, e a redução da pobreza rural nas regiões do Alto e Baixo Acre por meio da expansão e fortalecimento das cadeias produtivas da suinocultura e avicultura junto aos mercados local, nacional e internacional.

Em 2024, foram realizadas reuniões com as equipes do Ministério do Planejamento e Orçamento e de consultores contratados pelo Focem para dar início à construção do Perfil de Projeto a ser apreciado pelo Focem e Governo Federal. Nelas, a SEPLAN e a SEAGRI apresentaram as propostas detalhadas de intervenção, bem como o Focem apresentou os documentos técnicos a serem elaborados pelo Governo do Estado, as normas do Focem, fluxo de procedimentos e condicionantes para a continuidade das atividades necessárias para a elaboração do Perfil de Projeto.

## **Governo do Acre receberá recursos do Mercosul para investimentos em suinocultura e avicultura**

👤 Aldeir Oliveira 📅 27 abr 2024 🕒 08:43

O governo do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan), conseguiu junto a Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) a aprovação do Programa de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas para Geração de Emprego no Estado do Acre (Procape), garantindo aproximadamente R\$ 65 milhões do Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul (Focem) para investimentos nas cadeias produtivas de suinocultura e avicultura do estado, gerando centenas de empregos e renda para a população acreana.

O Procape foi um dos oito projetos com foco na integração regional, na melhoria da qualidade de vida e na redução da desigualdade social de populações que vivem em regiões fronteiriças do Brasil com países do Mercosul que foram aprovados nesta quinta-feira, 25, pela Cofix e irão receber recursos do Focem.

**Figura 46** – Matéria sobre Investimento em Cadeias Produtivas.

Fonte: [Governo do Acre receberá recursos do Mercosul para investimentos em suinocultura e avicultura](#)

### **4.3 PROGRAMA 1433 - VALORIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E CUIDADO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

Esse programa objetiva aperfeiçoar conhecimentos, habilidades e atitudes através da capacitação inicial e continuada, visando melhorar a qualidade dos serviços

prestados à população e estimular o crescimento profissional dos servidores.

#### 4.3.1 Ações vinculadas ao projeto atividade **Valorização e Capacitação dos Servidores da SEPLAN – Código reduzido 2193.0000**

**Quadro 9** – Ações previstas no PPA x realizadas em 2024.

<b>Entrega</b>	<b>Indicador</b>	<b>Previsto</b>	<b>Realizado</b>
Capacitar os servidores da SEPLAN	% de servidores capacitados	70%	96%

Em 2024, o foco principal foi o aprimoramento das competências técnicas dos servidores, com ênfase nos seguintes temas:

- a) Gestão Estratégica de Recursos
- b) Finanças e Orçamento Público
- c) Valores
- d) Licitações e Contratos administrativos
- e) Controle Interno
- f) Gestão Pública e Liderança
- g) Otimização de Processos
- h) Governança
- i) Tecnologia e Inovação
- j) Comunicação e Assessoramento

Além disso, o plano de capacitação abordou o desenvolvimento de habilidades interpessoais essenciais para o bom desempenho organizacional, tais como comunicação eficaz, liderança e trabalho em equipe. Em termos numéricos alcançamos os seguintes resultados:

- Total de Capacitações: 86
- Total de Horas Treinadas: 6.796 horas
- Modalidades:
  - Treinamento online: 218 horas
  - Treinamento presencial: 6.578 horas
- Percentual de Servidores Capacitados: 96,19%
- Média de Horas Treinadas por Servidor: 64,72 horas
- Investimento Total: R\$ 661.991,76

O alto percentual de servidores capacitados (96,19%) indica um forte compromisso da SEPLAN com o desenvolvimento profissional de sua equipe.

A predominância de treinamentos presenciais (6.578 horas) mostra uma preferência por métodos de aprendizado interativos e práticos.

A média de 64,72 horas de treinamento por servidor demonstra um investimento significativo em cada indivíduo.

O investimento de R\$ 661.991,76 demonstra o valor que a SEPLAN atribui a capacitação de seus servidores.

Em resumo, a SEPLAN demonstra um forte compromisso com a capacitação de seus servidores, alcançando um alto percentual de participação e investindo recursos significativos.



**Figura 47** – Ações de capacitação.

A seguir, serão apresentadas as principais capacitações realizadas em 2024, com destaque para os cursos e treinamentos mais relevantes:

### **Janeiro**

- 1) Fórum Amazônico de Smart Cities

### **Fevereiro**

- 1) Curso Online “Publicadores de Dados da Gestão Estratégica”

### **Março**

- 1) Curso Virtual de Aspectos Fiduciários na Implementação de Projeto Financiados pelo Banco Mundial - Etapa 1
- 2) 26º Fórum Regional de Fortalecimento da Rede de Parcerias, Etapa Sergipe (SE)
- 3) Seminário sobre Qualidade de Vida no Trabalho: Direitos e Defesa dos Trabalhadores
- 4) Curso Presencial “Treinamento e-Social”
- 5) Seminário de Compras Públicas Lei nº 14.133: Licitações e Contratos Administrativos -

#### Rio Branco

- 6) Curso Presencial “Orçamento Público integrado com a Execução Orçamentária e Financeira com enfoque na revisão do PPA (Plano Plurianual) e na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)”
- 7) 27º Fórum Regional de Fortalecimento da Rede de Parcerias, Etapa Bahia (BA)
- 8) Seminário Internacional “A Política de Fronteira e a Bioeconomia na Amazônia Legal”, Manaus
- 9) I Seminário Internacional de Orçamento Sensível ao Gênero

#### Abril

- 1) Curso Presencial “Elaboração de Termo de Referência e Pesquisa de Preços”
- 2) Curso presencial “Auditoria Governamental, Controles Interno e Externo, Compliance, Governança e Gestão de Riscos com base no Manual de Normas dos Trabalhos de Auditoria aplicável ao Setor Público (MNTASP)”
- 3) Curso Presencial “Inventário Geral de Bens Móveis: Regras e Prática”
- 4) Palestra “Os Desafios e o Cenário Nacional na implementação da Lei nº 14.133”
- 5) Curso Presencial “Previdência no e-Social para Órgãos Públicos”
- 6) Oficina de Elaboração da Carta de Serviços ao Usuário

#### Maio

- 1) 1º Encontro Nacional do Sistemas de Contas Regionais sobre a Nova Base 2021
- 2) Curso Presencial “Aspectos Fiduciários na Implementação de Projeto Financiados pelo Banco Mundial”, Etapa 2
- 3) Curso Presencial “eSocial e SST para Órgãos Públicos”
- 4) Curso Presencial “Elaboração e Análise de Projetos de Desenvolvimento e Políticas Públicas”
- 5) Congresso Nacional de Licitações e Contratos
- 7) Curso Presencial “Processo Administrativo Disciplinar: Visão Geral”
- 8) Workshop do Programa Calha Norte – ACRE
- 9) Curso Presencial “Diálogos sobre a Agenda 2030: infância e juventude na Amazônia”
- 10) Curso Online Transição Ecológica e Social no Brasil
- 11) Curso Completo de Contabilidade Pública

#### Junho

- 1) Curso Presencial “Política de Atendimento ao Cidadão para a Administração Pública Estadual”, Turma I
- 2) Curso Presencial “e-Social, EFD-REINF, DCTFWEB para Órgãos Públicos”
- 3) IX Fórum Nacional das Transferências e Parcerias da União – Brasília
- 4) Curso In Company Gestão, Monitoramento e Avaliação do MROSC
- 5) Curso in Company Planejamento Estratégico de Compras Públicas com
- 6) Oficina Prática de DFD - Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Gerenciamento de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico + Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos”

#### Julho

- 1) Curso Presencial “Orçamento Público integrado com a Gestão Orçamentária e Financeira com enfoque na Elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), fundamentada na

- Revisão do Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)”
- 2) Curso Presencial “Nova Legislação e Gestão de Convênios”
  - 3) Curso Online “Capacitação em Engenharia de Custos
  - 4) Curso Presencial “Obras e Serviços de Engenharia na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos”
  - 5) Workshop de Gestão Documental
  - 6) Workshop Atração de investimentos e promoção do comércio exterior
  - 7) XC Fórum Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento
  - 8) III Seminário Internacional MROSC: Parcerias Transformadoras para um Mundo Justo e Sustentável
  - 9) Palestra Direção Defensiva
  - 10) Palestra “Princípios e Diretrizes da LGPD na Administração Pública”

## **Agosto**

- 1) Curso In Company, “Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC”
- 2) Curso Presencial “Assistente de Recursos Humanos”
- 3) Curso Presencial “Retenções de Tributos na Administração Pública”
- 4) Congresso de Excelência em Licitações E Contratações Públicas – CONEX
- 5) XIII Congresso do CONSAD de Gestão Pública
- 6) CONIP: Gestão Pública, inovação e tecnologia para promover a transformação da gestão pública no Brasil
- 7) Palestra Assédio Sexual e Moral no Ambiente do Trabalho
- 8) 28º Fórum de Governadores da Amazônia Legal
- 9) Governança Climática: Intercâmbio de Boas Práticas entre Acre e Bolívia

## **Setembro**

- 1) Curso de Redação com foco na elaboração de documentos oficiais e técnicos em formato on-line
- 2) Curso Presencial “Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento do Projeto de Investimento, organizado pelo Banco Mundial”
- 3) Curso Presencial “Sanções em Contratações Públicas”
- 4) Curso Online “Gestão de Equipes”
- 5) Curso In Company “Execução Orçamentária, Financeira e Contábil;
- 6) Curso Presencial “Assessoria Jurídica e Elaboração de Pareceres na nova Lei de Licitação”
- 7) Curso Presencial “Inexibibilidade de Licitação para Locação de Imóveis: Aplicação Prática do Parecer Referencial
- 8) Curso Presencial “Parecer Referencial PGE Nº 01/2023 e Locação de Imóveis”
- 9) XXVII Congresso Brasileiro de Ouvidores- Tema - “A Ouvidoria e o compromisso ético: metas e resolutividade”
- 10) I Semana do “Orçamento Sensível a Gênero: integrando a perspectiva de igualdade nas finanças públicas”

## **Outubro**

- 1) Curso Presencial “Parecer Referencial PGE Nº 01/2023 e Locação de Imóveis”
- 2) Curso Presencial “Formação e Aperfeiçoamento do Profissional de Secretariado e Assessoria”
- 3) Curso Presencial “Contratação de Serviços Terceirizados pela Administração Pública

- com base na Nova Lei de Licitações”
- 4) Curso Presencial “Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD: Legislação e Implementação Prática em Recife (PE)” .
  - 5) Curso Presencial “Gestão Integrada de Almoxarifado e Patrimônio Público”
  - 6) Curso Presencial “RH TOTAL Semana Nacional para Departamento de Pessoal e Recursos Humanos”
  - 7) COP16 Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade em Cali/Colômbia
  - 8) 38º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo
  - 9) 44º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna

## **Novembro**

- 1) Curso Presencial “Sistema de Gestão de Recursos Públicos - GRP -
- 2) Módulo Patrimônio”
- 3) Curso Presencial “Patrimônio”
- 4) Curso Presencial “Inteligência Artificial aplicada às contratações públicas”
- 5) Curso Presencial “Atendimento Humanizado”
- 6) Curso Presencial “Curso Completo de Contabilidade Pública”
- 7) Curso Presencial “Curso APG - Programa de Gestão Avançada – Amana Key”
- 8) Encontro de Estados e Municípios sobre Implementação do Orçamento Sensível a Gênero (OSG)
- 9) Visita Técnica ao Ministério do Planejamento e Orçamento - Agendas transversais, 2030 e painéis do orçamento
- 10) 29º Fórum Regional de Fortalecimento da Rede de Parcerias: Etapa Tocantins
- 11) 8º Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições
- 12) Palestra “Racismo Institucional: uma barreira invisível à igualdade”

## **Dezembro**

- 1) Curso Presencial “Governança, Gestão de Riscos e Compliance: uma abordagem teórica e prática na Administração Pública”
- 2) Curso in Company “Elaboração de Indicadores e Tomada de Decisão com Base em Dados”
- 3) Encerramento das Atividades da Rede de Parcerias 2024/Brasília
- 4) Fórum Participativo para atualização da estratégia de repartição de benefícios do Programa de Incentivo a Serviços Ambientais – ISA Carbono, do Sistema de Incentivo a Serviços de Ambientais (Sisa)
- 5) Palestra sobre "Feminicídio Zero”
- 6) II Encontro Nacional de Multiplicadores do Transferegov.br

## **4.4 PROGRAMA 2286 - GESTÃO INSTITUCIONAL EXECUTIVO: ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL**

### **4.4.1 Ações vinculadas ao Projeto Atividade **Manutenção das Atividades Administrativas SEPLAN – Código reduzido 2194.0000****

A atividade “Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais – SEPLAN” tem como objetivo o financiamento de todas as contratações necessárias para o funcionamento ordinário da Secretaria. É através dele que se executam os recursos destinados a contratações de serviços continuados altamente relevantes e outros mais pontuais, como serviços de limpeza, manutenção predial, manutenção de equipamentos, locação de mão de obra, material de consumo, dentre outros.

Em 2024, as ações foram executadas por objetivos e projetos estratégicos alinhados ao plano estratégico da SEPLAN onde foram alcançados os resultados descritos abaixo:

#### *a) Participação do projeto piloto do Teletrabalho*

O Projeto Piloto de Teletrabalho surge como uma iniciativa estratégica para otimizar a gestão de desempenho e promover uma maior eficiência nos processos da SEPLAN, ao mesmo tempo em que oferece aos servidores a possibilidade de conciliar suas atividades profissionais com as necessidades pessoais. O teletrabalho é uma prática que permite a mobilidade e a redução de custos operacionais, além de proporcionar um ambiente de trabalho mais adaptado às novas demandas tecnológicas e sociais.

O Projeto Piloto visa não apenas melhorar a produtividade dos servidores, mas também aumentar o nível de satisfação e engajamento da equipe, contribuindo para o alcance das metas estabelecidas pela SEPLAN.

Em 2024, cinco servidores ficaram em teletrabalho na SEPLAN.

#### *b) Realização de ciclo de palestras para servidores*

O Ciclo de Palestras da SEPLAN, realizado durante o exercício de 2024, teve como principal objetivo proporcionar aos servidores um conhecimento abrangente sobre os serviços, programas, projetos, metas, objetivos e demandas realizadas pela Secretaria, destacando o trabalho desenvolvido por cada setor da instituição. Esse ciclo de palestras foi planejado para fortalecer a integração e a comunicação entre os diferentes setores, permitindo que todos os servidores compreendessem melhor as atividades e os projetos em andamento, assim como as contribuições individuais para os objetivos comuns da Secretaria.

A programação das palestras foi organizada ao longo do ano de 2024, abordando uma variedade de temas e projetos relevantes para a gestão pública e o desenvolvimento do Acre, como segue:

**Quadro 10** – Palestras realizadas 2024.

Mês	Palestra
Maio	Apresentação do Programa de Infraestrutura e Saneamento do Estado do Acre – PROISA (DIRCAM)
Maio	Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público - PRÓ-GESTÃO ACRE (DIRCAM)
Junho	Apresentação sobre o Teletrabalho (DIRAF)
Agosto	Apresentação dos Convênios Federais – DECONF (DIRCAM)
Agosto	Apresentação dos Convênios Estaduais e Emendas – DECOPE (DIRCAM)
Setembro	Apresentação do Programa REM (REDD Early Movers) (DIRCAM)
Novembro	A Nova Política Estadual de Desenvolvimento Regional (DIRDR)
Novembro	Fortalecendo a Cultura de Planejamento e Orçamento Governamental (DIRPLA)



**Figura 48** – Palestras internas.

**c) Ações de Qualidade de Vida do Servidor (Calendário de Bem-Estar e Saúde)**

As iniciativas buscaram proporcionar um ambiente de trabalho mais saudável, motivador e acolhedor para toda a equipe.

*Ações e palestras de Saúde e Bem-Estar*

Essas ações têm foco na melhoria da saúde física e mental dos servidores, com a oferta de atendimentos médicos, atividades de bem-estar e cuidados especiais:

**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO**  
 AV. GETULIO VARGAS, 232, PALÁCIO DAS SECRETARIAS,  
 4º ANDAR - Bairro CENTRO, Rio Branco/AC, CEP 69900-060

- Dia da Mulher (março/2024): Atividades como remoção de sinais de pele, auriculoterapia, massagens, ventosas, consultoria em maquiagem e brindes.
- Agosto Lilás: Conscientização sobre a violência contra a mulher.
- Setembro Amarelo: Palestras e eventos de conscientização sobre saúde mental e prevenção ao suicídio.
- Outubro Rosa: Conscientização sobre o câncer de mama.
- Novembro Azul: Prevenção ao câncer de próstata.
- Feira Natalina: Evento de integração e fortalecimento da cultura organizacional.
- Dia do Meio Ambiente, com atividades de auriculoterapia e atendimentos médicos, palestras e entrega de mudas de árvores.
- Dia do Servidor (outubro/2024): Comemoração com palestras, atividades recreativas e distribuição de brindes personalizados para os servidores, reconhecendo sua dedicação e trabalho.
- Qualidade de Vida no Trabalho: Direitos e Defesa dos Trabalhadores.
- Meio Ambiente: Sustentabilidade e Mudanças Climáticas.
- Direção Defensiva.
- Princípios e Diretrizes da LGPD na Administração Pública.
- Assédio Sexual e Moral no Ambiente de Trabalho.
- Femicídio Zero: Palestra sobre violência contra a mulher.
- Racismo Institucional: Uma barreira invisível à igualdade.



Figura 49 – Campanhas e ações de bem-estar.

#### d) Gestão Interna

No que se refere a melhoria da gestão interna, diversas realizações aconteceram, dentre as quais podemos destacar:

- Aquisição de mobiliário

ESTADO DO ACRE  
 SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO  
 AV. GETULIO VARGAS, 232, PALÁCIO DAS SECRETARIAS,  
 4º ANDAR - Bairro CENTRO, Rio Branco/AC, CEP 69900-060

- Locação do prédio para funcionamento da DIRCAM
- Instalação de fechaduras eletrônicas em áreas estratégicas
- Rastreamento veicular para a frota de veículos
- Publicação do Regimento Interno

#### *e) Monitoramento do Plano de contratação Anual (PCA) 2024*

O Plano de Contratações de 2024 da SEPLAN está disponível no link: <https://seplan.ac.gov.br/plano-de-contratacao-anual/>.

No decorrer do ano foram adotadas diferentes estratégias com o objetivo de otimizar esse monitoramento, conforme demonstrado a seguir:

- Primeiro Trimestre: A estratégia adotada inicialmente consistiu no cadastramento dos processos em uma planilha de controle logo após o seu recebimento pelo DEPAC. Nessa planilha, eram registrados o número SEI do processo, seu status e o setor demandante. Embora essa metodologia tenha sido eficaz para iniciar o processo de monitoramento, o Controle Interno identificou a necessidade de aprimorar a abordagem, especialmente em relação ao acompanhamento de prazos e à tramitação dos processos previstos no Plano.
- Segundo Trimestre: A mesma estratégia foi mantida, porém, foi revista em função da avaliação do Controle Interno, que a considerou insuficiente, particularmente para assegurar o cumprimento dos prazos. Diante disso, uma nova estratégia foi definida para melhorar o gerenciamento e a fiscalização do Plano de Contratações.
- Terceiro e Quarto trimestre: A nova estratégia foi implementada com sucesso, onde a Divisão de Aquisições (DIVA) passou a ser responsável pela alimentação e atualização da planilha de monitoramento dos processos. Isso permitiu um acompanhamento mais eficaz e a identificação imediata de possíveis atrasos, garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos no PCA.

A meta de monitoramento da execução do Plano de Contratação Anual 2024 foi executada com êxito, alcançando os objetivos estabelecidos de garantir o acompanhamento contínuo e eficaz dos processos previstos tendo alcançado os resultados abaixo:

- Aperfeiçoamento no acompanhamento e gestão dos processos de compras e contratações, por meio do monitoramento contínuo das atividades planejadas, permitindo uma gestão mais proativa e eficiente.
- Identificação de processos em atraso de forma tempestiva, o que possibilitou, em alguns casos, a adoção de medidas para evitar que esses atrasos comprometessem o andamento das atividades.

f) **Elaboração do Plano de contratação Anual (PAC) 2025**

A elaboração do Plano de Contratações Anual 2025, foi estruturado um processo em duas etapas:

*Etapa 1:* Levantamento das necessidades de cada setor demandante, com o objetivo de identificar as contratações previstas para o ano de 2025, bem como a identificação dos contratos que deverão ser prorrogados, conforme planejamento definidos no plano estratégico da SEPLAN.

Para alcance da etapa 1 foi encaminhado Memorando-Circular nº 5/2024/SEPLAN – DIRAF, solicitando o preenchimento do Documento de Formalização de Demanda (DFD).

*Etapa 2:* As demandas recebidas foram consolidadas pelo DEPAC e DIRAF, resultando no Plano de Contratações 2025, que foi devidamente encaminhado à SEAD por meio do Processo SEI nº 0088.016763.00031/2024-13.

A meta foi concluída dentro do prazo estipulado, conforme o Decreto Estadual nº 11.363/2023. A elaboração do Plano de Contratações Anual para 2025 permite à SEPLAN ter maior previsibilidade e organização nas contratações, alinhando-se às demandas institucionais e estratégicas<sup>6</sup>.

g) **Mapeamento de processos na SEPLAN**

Essa meta foi iniciada com a publicação da Portaria de designação do Grupo de Trabalho (GT) em setembro de 2024. Em seguida aconteceram duas “Oficinas de Mapeamento de Processos e Fluxos” mediada pela servidora da OCA/SEAD, Sâmia de Oliveira Nogueira, com base na implementação da ferramenta tecnológica Bizagi, uma plataforma de modelagem e automação de processos. As oficinas foram realizadas nos dias 01 e 03/10/2024 com

<sup>6</sup> PCA está disponível em <https://estado.ac.gov.br/plano-de-contratacoes-anual-pca/>

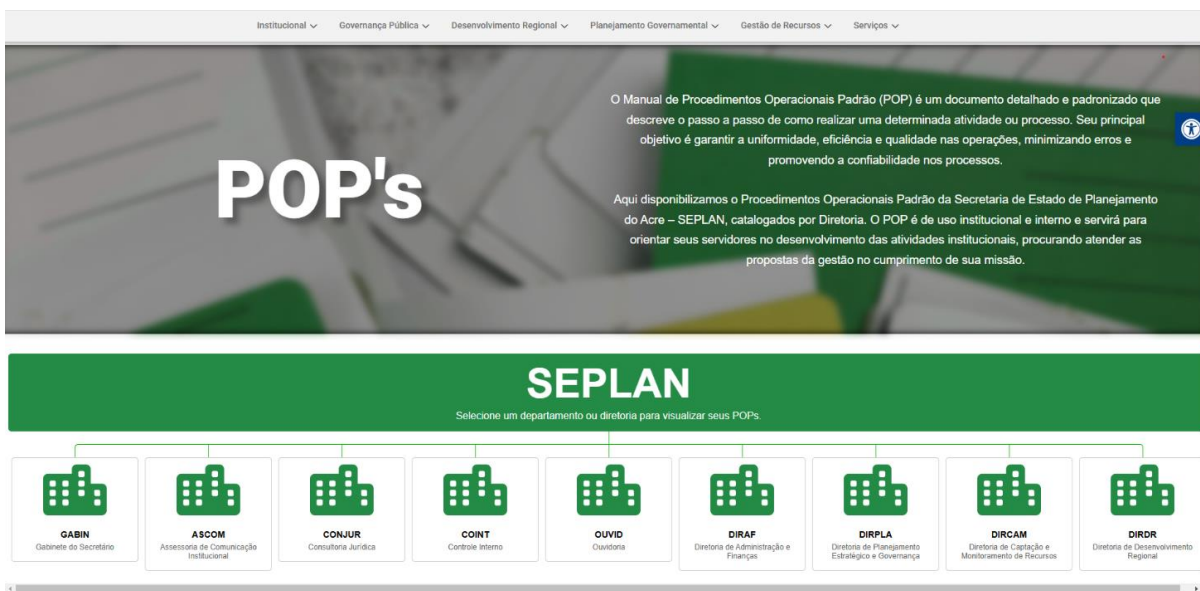
departamentos vinculados as diretorias DIRAF, DIRPLA, DIRCAM e DIRDR, bem como, áreas ligadas ao GABIN. Como encaminhamento das oficinas tivemos: organizar Portfólio de Processos por departamentos; elaborar o Fluxo e Mapeamento dos processos no modelo Procedimento Operacional Padrão – POP; e criar organograma dos fluxos no modelo padrão da ferramenta Bizagi.

Em novembro de 2024 todos os setores foram orientados a entregar seus POPs e Fluxos para a equipe da DIVPS. Ao final deste processo foram elaborados 115 POPs.

Espera-se com a implementação do Mapeamento e fluxos de processos, padronizar e otimizar a gestão interna de acordo com as prioridades estabelecidas pela alta gestão.



**Figura 50** - Oficina de Mapeamento de Processos e Fluxos (1ª Etapa).



**Figura 51** - Site com todos os Procedimentos Operacionais Padrão (POP's) elaborados por todos os setores da SEPLAN até o momento.

#### 4.4.2 Ações vinculadas ao Projeto Atividade **Manutenção das Atividades da Diretoria de Relações Federativas – Código reduzido 2286.0000**

Com a publicação da Lei nº 4.351, de 09 de maio de 2024, no Diário Oficial do Estado nº 13.771-A, as competências da Diretoria de Relações Federativas (DIRRF), até então vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN), foram oficialmente transferidas à Representação do Governo do Estado do Acre em Brasília – REPAC. Até a efetivação da mudança, a DIRRF atuou de forma estratégica no apoio técnico, administrativo e logístico ao Poder Executivo Estadual em Brasília, garantindo suporte às ações de representação institucional e articulação federativa junto aos órgãos da União.

Nesse período, a diretoria concentrou suas ações no apoio direto aos agentes do Governo do Acre em Brasília, atuando de forma coordenada no planejamento e organização de agendas institucionais, no acompanhamento de demandas estratégicas junto a órgãos federais, e na prestação de suporte operacional durante missões oficiais na capital federal. A atuação da DIRRF também envolveu a estruturação de procedimentos internos, com o objetivo de ampliar a agilidade e a efetividade desse apoio, contribuindo para uma presença mais qualificada e articulada do Estado nos espaços federativos.

Foram realizadas visitas institucionais e articulações com diversos atores federais, entre as quais se destacam: a reunião com a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República para tratar da liberação de recursos federais ao Estado; agendas no Ministério da Educação e no FNDE para acompanhamento de pautas relativas ao IEPTEC; encontro na Embaixada da República Dominicana, visando à formalização de um Memorando de Entendimento com o Governo do Acre; reunião com o Fundo Nacional de Saúde (FNS) para tratar de repasses e destravamento de recursos; e articulação junto à Superintendência de Relacionamento Institucional da Caixa Econômica Federal, com o objetivo de estreitar relações e facilitar os trâmites de transferências voluntárias.

Paralelamente, a DIRRF avançou na estruturação e normatização de procedimentos internos, visando à maior eficiência e clareza nas suas atividades. Entre os destaques, está a implementação do fluxo oficial de uso dos veículos institucionais, regulamentado pela Portaria SEPLAN nº 2/2024, com ampla divulgação entre os órgãos do Estado, promovendo melhoria na organização das rotinas, economia de recursos e maior controle operacional.

Adicionalmente, a DIRRF participou ativamente da implementação do Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Gestão e Inovação (MGI), por meio da Rede de Parcerias, com envio de equipe técnica a fóruns e capacitações, promovendo a qualificação interna e o alinhamento aos novos modelos de gestão de transferências da União.



*Diretora Rosângela Bardales trata de recursos para o Acre com secretário André Ceciliano (primeiro à esquerda), na Presidência da República. Foto: Wesley Moraes/Seplan*

**Figura 52** - Apoio as agendas de interesse do Estado em Brasília.

#### **4.5 PROGRAMA 2292 - GESTÃO INSTITUCIONAL LEGISLATIVO (EMENDAS PARLAMENTARES ESTADUAIS)**

Esse programa refere-se à indicação de emendas parlamentares estaduais à LOA 2024, na modalidade de Aplicação 40-Transferência a Município, sem vinculação de área. Tratam-se de repasses em Transferência Especial a municípios, nos termos do art. 160-A da Constituição Estadual e do Decreto Estadual 11.449/2024.

As transferências especiais foram criadas por meio da Emenda Constitucional nº 69, de 29/06/2023, com as primeiras provisões no orçamento 2024. Assim, naquele ano, foram previstos R\$12.702.000,00, com o total de 86 emendas, contemplando 14 municípios.

O exercício de 2024 foi o primeiro em que a SEPLAN fez esse tipo de execução. Para isso foram adotadas as seguintes estratégias:

- Abertura das Contas para as 86 emendas em transferência especial por meio da Plataforma BB Gestão Ágil.
- Vinculação das Contas aos Cadastros de Credor das respectivas prefeituras.

- Instrução dos 86 processos de pagamento.
- Notificação das prefeituras beneficiárias e orientação sobre a execução dos recursos.

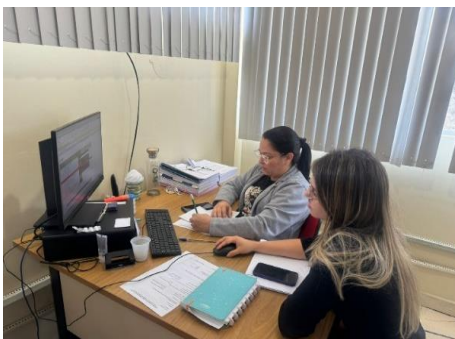
Nesse exercício foram beneficiados os seguintes municípios: Assis Brasil, Brasília, Bujari, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Plácido de Castro, Porto Walter, Rio Branco, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira, Senador Guimard, e Xapuri.

Finalizado o processo de análise técnica das emendas parlamentares, diversas emendas que sofreram impedimento técnico foram transformadas em transferências estaduais. O número inicial de 42 transferências especiais passou para 86. Assim, o valor inicial de R\$ 10.284.000,00 passou para R\$ 12.702.000,00. Do total de R\$ 12.702.000,00 empenhados, R\$ 11.472.000,00 foram pagos e R\$ 1.230.000,00 ficaram em restos a pagar.

O principal desafio foi a implementação do Sistema BB Gestão Ágil uma vez que foi detectado a necessidade de um programa complementar para o envio da remessa de dados para abertura de conta no Sistema. Esse sistema complementar não é oferecido pelo Banco, sendo de competência da SEPLAN o seu desenvolvimento.

SAFIRA Sistema de Administração Orçamentaria, Financeira e Contábil										
ESTADO DO ACRE										
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA										
Q.D.D. - Quadro de Detalhamento da Despesa Mensal (Saldo Disponível)										
Orçamento-Programa do Exercício de Dezembro de 2024										
Valores em R\$										
Orgão: 713 SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO - SEPLAN										
Unidade: 001 UNIDADE GESTORA										
Aplicação Programada	Programa de Trabalho	Fonte	Dotação Inicial (A)	In+Sup+Cor-Red (B)	Empenhado + Complementado (C)	Liquidado (D)	A Liquidar (A-B-D)	Pago (E)	A Pagar (C-E)	Disponível (A-C)
TOTAL ÓRGÃO:			10.284.000,00	12.702.000,00	12.702.000,00	12.702.000,00	0,00	11.472.000,00	1.230.000,00	0,00

**Figura 53** -. Orçamento para Transferências Especiais disponível no QDD da SEPLAN. Relatório sistema SAFIRA: consulta em 02/01/2025.



**Figura 54**- Atendimento presencial para dar treinamento/suporte na utilização da ferramenta Sistema de Gestão BB Ágil.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A SEPLAN tem como missão “*Promover a governança estratégica e as políticas públicas de planejamento e de desenvolvimento regional sustentável*” e, imbuída desse propósito, apresentou seu Relatório de Gestão expondo um trabalho coletivo de seus departamentos, com transparência nas ações e projetos realizados em todas as dimensões do órgão, fruto de uma entrega eficiente, compromissada e responsável.

Para o futuro, a SEPLAN pretende fortalecer sua visão em “*ser uma instituição de excelência na gestão do planejamento do Estado e na indução do desenvolvimento socioeconômico sustentável*”, assumindo essa importante função com responsabilidade, dedicação e empenho, para o crescimento do Estado do Acre com melhoria da qualidade de vida de nossa população.

Para isso seguirá perseguindo os desafios estratégicos com vistas a garantir a execução das ações prioritárias do PPA, garantir recursos para o desenvolvimento regional, vencer a resistência colaborativa governo e sociedade na construção das políticas públicas e melhorar a percepção interna e externa do papel da SEPLAN na estrutura de governo.

Em cumprimento ao artigo 40 do Regimento Interno da SEPLAN, o Departamento Setorial de Planejamento e Orçamento (DESPO) apresenta a consolidação do Relatório de Gestão da Secretaria, o qual foi lido e aprovado pelo responsável legal do órgão.

**Maria Jeigiane Portela da Silva**  
Chefe do Departamento Setorial de Planejamento e Orçamento  
Portaria n.º 1, de 10 de janeiro de 2023

*Responsáveis pelas informações*

**Déborah Vasconcelos de Araújo**  
Diretora de Administração e Finanças  
Decreto nº 205-P, de 05 de janeiro de 2023

**Marky Lowell Rodrigues de Brito**  
Diretor de Desenvolvimento Regional  
Decreto Nº 2.163-P, de 02 de março de 2023

**Alexandre de Souza Tostes**  
Diretor de Captação e Monitoramento de Recursos  
Decreto nº 203-P de 05/01/2023

**Regiani Cristina de Oliveira**  
Diretor de Planejamento Estratégico e Governança  
Decreto Nº. 9.855-P/2025

*Aprovado pelo gestor do órgão*

**Ricardo Brandão dos Santos**  
Secretário de Estado de Planejamento  
Decreto 07-P, de 1º de janeiro de 2023